

Relatório de Desempenho do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina

Ano-base 2016

PRESIDENTE

Desembargador José Antônio Torres Marques

COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Juiz Luís Felipe Canever – Juiz Auxiliar da Presidência – Presidente da Comissão

Juiz Cyd Carlos da Silveira – CGJ

Roger Tang Vidal – Secretário - SGS

Wanderley Horn Hulse – Assessor de Planejamento - ASPLAN

Manuela Stefani Cardoso – Assessora Técnica - DMP

Fernanda de Jesus – Assessora Técnica - DIE

Fernanda Carvalho Pereira – Assessor Técnico – DEA

Rinaldo Celso Feldmann Filho – Assessor Técnico – DTI

SECRETARIA DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Angela Adelaide Consoli

Ariane Debastiani

Elizete Lanzoni Alves

Helen Petry

Luiza Maria Dall Pasquale

Roger Tang Vidal

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	5
2	METODOLOGIA	7
2.1	METODOLOGIA DE MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO DO PLS-PJSC/2016	7
2.2	METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE DESEMPENHO	8
3	RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO PLS-PJSC/2016.....	10
3.1	PAPEL	10
3.2	COPOS	17
3.3	ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA	19
3.4	IMPRESSÃO	21
3.5	TELEFONIA	27
3.6	ENERGIA ELÉTRICA	29
3.7	ÁGUA E ESGOTO	35
3.8	GESTÃO DE RESÍDUOS	40
3.9	REFORMAS	47
3.10	LIMPEZA	52
3.11	VIGILÂNCIA.....	55
3.12	VEÍCULOS	57
3.13	COMBUSTÍVEL.....	59
3.14	QUALIDADE DE VIDA	60
3.15	CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	79
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS

ASPLAN – Assessoria de Planejamento

CGS – Comissão de Gestão Socioambiental

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

DEA – Diretoria de Engenharia e Arquitetura

DMP – Diretoria de Material e Patrimônio

DRH – Diretoria de Recursos Humanos

DIE – Diretoria de Infraestrutura

DS – Diretoria de Saúde

DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação

PJSC – Poder Judiciário de Santa Catarina

PLS – Plano de Logística Sustentável

PLS-PJSC – Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Santa Catarina

SGS – Secretaria de Gestão Socioambiental

TJSC – Tribunal de Justiça de Santa Catarina

1 APRESENTAÇÃO

A Resolução n. 201/2015-CNJ disciplinou a implantação do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Santa Catarina (PLS-PJSC), o que possibilita a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social, bem como estimula a reflexão e a mudança dos padrões de compra, consumo e gestão documental dos órgãos do Poder Judiciário.

Os temas que norteiam as ações e os indicadores do Plano de Logística Sustentável do PJSC estão previstos no art. 16 da Resolução n. 201/2015-CNJ:

- Uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos;
- Energia elétrica;
- Água e esgoto;
- Gestão de resíduos;
- Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- Sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas;
- Contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, combustível, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial, conforme artigo 15;
- Deslocamento de pessoal, bens e materiais considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

O PLS-PJSC inaugurou-se em 2016 como um instrumento vinculado ao planejamento estratégico do Poder Judiciário catarinense, em que são definidas metas, responsabilidades, ações, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e de avaliação de resultados, o que permite estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e

qualidade que objetivem uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do órgão.

O relatório de desempenho do PLS é um instrumento para a avaliação do desempenho das ações e da evolução dos indicadores, previsto no art. 23 da Resolução n.201/2015-CNJ:

Art. 23. Ao final de cada ano deverá ser elaborado por cada órgão e conselho do Poder Judiciário relatório de desempenho do PLS-PJ, contendo:

I – consolidação dos resultados alcançados;

II – a evolução do desempenho dos indicadores estratégicos do Poder Judiciário com foco socioambiental e econômico, de acordo com o previsto no Anexo I;

III – identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente.

No Poder Judiciário catarinense, a Resolução n. 28/2015-GP estabeleceu que o Plano de Logística Sustentável do PJSC deve apresentar ações, metas, responsabilidades, prazos de execução, mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão que permitam acompanhar as práticas de responsabilidade socioambiental, reportando-se à Resolução 201/15-CNJ, sobre as práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente de energia, água, combustíveis, materiais e serviços. Compete à Comissão de Gestão Socioambiental do PJSC a elaboração, o monitoramento, a avaliação e a revisão do PLS-PJSC, de acordo com o art. 1º da Resolução n. 28/2015-GP.

Comissão de Gestão Socioambiental

2 METODOLOGIA

2.1 METODOLOGIA DE MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO DO PLS-PJSC/2016

No decorrer de 2016, a CGS monitorou os indicadores do PLS estabelecidos pelo Anexo I da Resolução n. 201/2015 - CNJ, conforme a periodicidade de apuração de cada indicador.

O procedimento para monitoramento dos indicadores observou as seguintes etapas:

- a) Coleta e encaminhamento do indicador à Secretaria da CGS, pelas unidades responsáveis pela medição;
- b) Registro dos indicadores no perfil socioambiental do sistema corporativo do CNJ.

A avaliação e a revisão do Plano de Ações, Indicadores e Práticas Sustentáveis ocorreram no segundo semestre de 2016, em reunião convocada pela Comissão de Gestão Socioambiental, em que os membros da CGS analisaram o progresso do Plano de Ações e revisaram as metas (Memória de Reunião n.04/2016-CGS).

O Plano de Ações e Metas para 2017 foi requisitado aos membros por meio de despacho no processo administrativo eletrônico n. 27305/2016 e aprovado pela Comissão em reunião realizada em 14 de novembro de 2016 (Memória de Reunião n. 05/2016-CGS).

Na ocasião, para a elaboração das ações e metas, solicitou-se às áreas a definição dos elementos de cada plano de ação (art. 18 da Resolução n. 201/2015-CNJ):

- Objetivo do plano de ação;
- Detalhamento de implementação das ações;
- Unidades e áreas envolvidas na implementação de cada ação e respectivos responsáveis;
- Metas a serem alcançadas para cada ação;
- Cronograma de implementação das ações;

- Previsão de recursos financeiros, humanos, instrumentais, entre outros, necessários para a implementação das ações.

O relatório de desempenho, contendo a evolução dos indicadores, o progresso das ações e a identificação das metas do ano subsequente, foi encaminhado por cada uma das áreas envolvidas na realização do PLS-PJSC, nomeadamente as Diretorias de Engenharia e Arquitetura, de Gestão de Pessoas, de Infraestrutura, de Material e Patrimônio, de Saúde, de Tecnologia da Informação e a Secretaria de Gestão Socioambiental. A responsabilidade pela compilação dos dados e pela elaboração do documento ficou a cargo da Secretaria de Gestão Socioambiental.

2.2 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE DESEMPENHO

A elaboração do relatório de desempenho do PLS-PJSC/2016 fundamenta-se no art.23 da Resolução n. 201/2015-CNJ e foi organizada com base nos grupos de indicadores da 1ª edição do Glossário do Anexo I da Resolução n.201/2015.

Os indicadores, aos quais as ações e metas devem estar reportadas, agrupam-se nas seguintes categorias:

- I – Variáveis Gerais
- II – Papel
- III – Copos Descartáveis
- IV – Água envasada em embalagem plástica
- V – Impressão
- VI – Telefonia
- VII – Energia elétrica
- VIII – Água e esgoto
- IX – Gestão de Resíduos
- X – Reformas
- XI – Limpeza

XII – Vigilância

XIII – Veículos

XIV – Combustível

XV – Qualidade de vida

XVI – Capacitação socioambiental

As variáveis gerais são aquelas utilizadas nos cálculos das fórmulas dos indicadores e não são informadas nos relatórios do PLS, porquanto sua aferição é de responsabilidade do Conselho Nacional de Justiça, com base nos dados constantes no Sistema de Estatística do Poder Judiciário – SIESPJ (Resolução CNJ nº 76 de 12 de maio de 2009).

Para cada uma das categorias de indicadores, listadas acima, com exceção das variáveis gerais, o relatório é dividido segundo os três elementos de informação previstos nos incisos I a III do art. 23 da Resolução n.201/2015-CNJ – a consolidação dos resultados alcançados, a evolução do desempenho dos indicadores e a identificação das ações para o ano subsequente:

- a) Evolução do desempenho dos indicadores estratégicos do Poder Judiciário com foco socioambiental e econômico: trata-se de análise comparativa dos indicadores do ano 2015 e do ano 2016, por meio de um quadro numérico para cada uma das categorias, e por meio de análise descritiva, quando cabível;
- b) Consolidação dos resultados alcançados: trata-se de relatório de cumprimento do plano de ações do ano de 2016, com base nos eixos temáticos do art.16 e com mensuração alinhada aos indicadores apresentados no Anexo I da mesma Resolução. Cada uma das ações é inserida em quadro em que consta o nome da ação, o objetivo, a meta, a responsabilidade, o indicador e o tema ao qual a ação se reporta. Na sequência, o relatório informa o cumprimento total, parcial ou o não cumprimento da ação, apresenta a descrição do procedimento e a justificativa.
- c) Identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente: apresentação das metas para 2017 por meio de quadros em que

se indica o nome da ação, a área responsável, o objetivo, a meta e o indicador ao qual a ação se reporta.

3 RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO PLS-PJSC/2016

De acordo com a proposta metodológica apresentada, o relatório a seguir divide-se nas categorias Papel, Copos descartáveis, Água envasada em embalagem plástica, Impressão, Telefonia Energia elétrica, Água e esgoto, Gestão de resíduos, Reformas, Limpeza, Vigilância, Veículos, Combustível, Qualidade de vida e Capacitação socioambiental. Para cada categoria, apresenta-se a evolução do indicador, o relatório das ações de 2016 e a identificação das metas para 2017.

3.1 PAPEL

3.1.1 Evolução do indicador

PAPEL	2015	2016	VARIAÇÃO
2.1. CPNRP – Consumo de papel não-reciclado próprio.	3.549	2.239	-1.310
2.2. CPRP – Consumo de papel reciclado próprio	106.370	96.460	- 9.910
2.4. CPNRC – Consumo de papel não-reciclado contratado	0	0	0
2.5. CPRC – Consumo de papel reciclado contratado	0	0	0
2.8. GPNRP – Gasto com papel não-reciclado próprio	R\$ 47.322,54	R\$ 30.457,65	- R\$ 16.865
2.9. GPRP – Gasto com papel reciclado	R\$ 1.155.970,90	R\$ 1.350.625,59	R\$ 194.655

próprio

Foram obtidos resultados além da meta de diminuição de consumo, estabelecida no patamar de 5%, influenciados pela migração dos processos administrativos e judiciais físicos para o Sistema de Processo Administrativo Eletrônico e da campanha para utilização de fontes econômicas, com impressão em frente e verso, veiculadas aos servidores.

CONSUMO PAPEL	VARIAÇÃO 2015/2016
Consumo papel reciclado	- 9,31%
Gasto com papel reciclado	+ 16,84%
Consumo papel branco	-21,27%
Gasto com papel branco	-18,62%

A meta de redução de consumo de papel reciclado foi superada em 4,31%. No entanto, houve uma alteração percentual no custo envolvido na aquisição de papel reciclado e papel branco, o que decorreu de dois cenários: a) pela preocupação com contratações sustentáveis (ensejando a aquisição, no ano de 2016, de papel derivado de fibra de cana de açúcar); e b) do aumento do custo do papel no período da medição.

3.1.2 Relatório das ações

3.1.2.1

Ação	Configuração das impressoras para impressão frente e verso
Meta	Redução de 5% no consumo de papel para impressão.
Objetivo	Diminuir o impacto ambiental e econômico do consumo do material em consonância com o processo eletrônico.
Responsabilidade	Diretoria de Tecnologia da Informação

Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 2, indicadores 2.1 a 2.10
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos;

3.1.2.2	Ação	Campanha para uso racional de impressoras e de papel.
	Meta	Redução de 5% no consumo de papel para impressão.
	Objetivo	Diminuir o impacto ambiental e econômico do consumo do material em consonância com o processo eletrônico.
	Responsabilidade	Diretoria de Tecnologia da Informação/Diretoria de Material e Patrimônio/ Secretaria de Gestão Socioambiental
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 2, indicadores 2.1 a 2.10
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	VI - sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas;

Parcialmente cumpridas.

As seguintes ações foram empreendidas pela Diretoria de Tecnologia da Informação neste sentido em 2016:

- a) orientação aos usuários para o uso o recurso de impressão frente/verso;
- b) orientação aos Técnicos de Suporte de Informática e usuários para configurarem as impressoras no modo "rascunho", visando à economia de toner;

- c) sensibilização dos usuários para evitarem impressos desnecessários;
- d) realização de estudos a fim de viabilizar outsourcing de impressão em comarca piloto, realizando maior controle de impressões através de software próprio; e
- e) elaboração de política voltada à realocação dos equipamentos de impressão ociosos nas comarcas com maior índice de processo digitalizado.

A ação 4.1.2 está sendo tratada nos autos do processo administrativo 15752/2016, no qual se manifestaram a Diretoria de Material e Patrimônio e a Diretoria de Tecnologia da Informação. O processo está na Secretaria de Gestão Socioambiental para elaboração do Plano de Comunicação da campanha institucional a ser executada no ano-base 2017.

Além dessas ações, alinhadas às sugestões propostas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, o Poder Judiciário catarinense cumpre as seguintes práticas:

- 100% de autuação de novos processos judiciais de primeiro e segundo graus por meio eletrônico;
- 93% de autuação em meio eletrônico dos processos administrativos também
- Ampliação da digitalização de processos no primeiro grau de Jurisdição, ordenada por meio da Resolução Conjunta n. 6/2016- GP/CGJ, que instituiu o Programa Estadual de Digitalização de Processos nas Unidades Judiciárias do Primeiro Grau.

3.1.2.3	Ação	Reaproveitamento de papel para bloco de anotações.
	Meta	Redução de 5% no consumo de papel para impressão.
	Objetivo	Diminuir o impacto ambiental e econômico do consumo do material em consonância com o processo eletrônico.
	Responsabilidade	Secretaria de Gestão Socioambiental/Diretoria de Infraestrutura
	Indicadores (Glossário,	Grupo 2, indicadores 2.1 a 2.10

1ª edição)	
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos.

Cumprida.

A ação de reaproveitamento de papel para bloco de anotação está sendo tratada nos autos do SPA n. 15755/2016, sendo que a separação do papel de qualidade para reaproveitamento já é realizada. Os blocos de rascunho são confeccionados pela Divisão de Artes Gráficas – DIE e distribuídos pela Secretaria de Gestão Socioambiental. Os dados são monitorados pela Secretaria. Em 2016 foram produzidos e distribuídos internamente 1.362 cadernos pequenos “TJSC Recicla”, 973 cadernos grandes “TJSC Recicla” e 155 sacos de clips “TJSC Recicla”.



Figura 1- Blocos de papel, cadernos e saco de clips confeccionados com reaproveitamento A4

3.1.2.4	Ação	Avaliar a sistemática de distribuição de papel.
	Meta	Redução de 5% no consumo de papel para impressão.
	Objetivo	Diminuir o impacto ambiental e econômico do consumo do material em consonância com o processo eletrônico.
	Responsabilidade	Diretoria de Material e Patrimônio e Secretaria de Gestão Socioambiental
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 2, indicadores 2.1 a 2.10
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos.

3.1.2.5	Ação	Informar dados de consumo ao corpo funcional.
	Meta	Redução de 5% no consumo de papel para impressão.
	Objetivo	Diminuir o impacto ambiental e econômico do consumo do material em consonância com o processo eletrônico.
	Responsabilidade	Diretoria de Material e Patrimônio e Secretaria de Gestão Socioambiental
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 2, indicadores 2.1 a 2.10

Parcialmente cumpridas.

Ações tratadas nos autos do SPA n. 15768/2016, tendo a Diretoria de Material e Patrimônio realizado conscientização das unidades requisitantes acerca da melhor utilização dos recursos, a exemplo daquelas ações indicadas pelo Conselho Nacional de Justiça, como:

- a) Dar preferência ao uso de mensagens eletrônicas (e-mail) na comunicação evitando o uso do papel;
- b) Evitar a impressão de documentos;
- c) Fazer a revisão dos documentos antes de imprimi-los;
- d) Sempre que possível, imprimir em fonte econômica (eco fonte) e frente e verso;
- e) Reaproveitar as folhas impressas de um lado para nova impressão ou confecção de blocos de rascunho; e
- f) Dar preferência ao uso do papel reciclado ou não clorado.

A disponibilização da informação de consumo por área requisitante permitirá a consulta ao saldo dos materiais em estoque nas Unidades Requisitantes no momento da avaliação da requisição, aprimorando o procedimento de liberação do pedido. A Diretoria de Tecnologia da Informação avaliou as possibilidades disponíveis para uma sistemática de publicação periódica dos dados de consumo conforme indicado pelo CNJ e indicou as oportunidades para divulgação dos dados ao corpo funcional, com projeto em elaboração para inclusão das informações relativas aos gastos com materiais de consumo que mais oneram o PJSC no Portal Transparência.

Enquanto não disponibilizada a alteração no sistema, foi reavaliado o processo de solicitação de materiais pelos requisitantes, de modo que os critérios de liberação tornaram-se ainda mais rígidos, baseando-se na meta de redução de 5% do quantitativo, a fim de diminuir os dados históricos de consumo, acumulados nos últimos anos, e com repercussões a serem sentidas, ainda, em curto prazo.

3.1.3 Identificação das metas 2017 – Grupo 2 – Papel

PLANO DE AÇÕES 2017 –	ÁREAS	OBJETIVO	META
PAPEL			

1 Campanha para uso racional de impressoras e de papel.	SGS/DMP/DTI	Diminuir o impacto ambiental e econômico do consumo do material em consonância com o processo eletrônico.	Redução de 5% no consumo de papel para impressão.
--	-------------	---	---

Salienta-se que nos autos do processo administrativo n. 6498/2016 foi determinada a realização de acompanhamento, pelo período de seis meses, do quantitativo de processos de 1º e 2º graus em andamento e do consumo de resmas de papel, com o fim de identificar o efetivo impacto da implantação dos sistemas de processo eletrônico judicial e administrativo na redução do consumo do referido insumo. Nos autos do processo administrativo n. 10212/2015 constam os levantamentos de consumo e verifica-se que o progresso de implantação do SAJ e do SPA indica uma tendência para a obtenção de resultados ainda mais positivos no biênio 2016/2017, a exemplo do biênio passado, quando houve queda de 23% do consumo de papel A4 em 2015 em relação a 2014. Esses dados serviram para instruir o projeto básico da licitação mais recente para compra de papel A4, e por determinação do Diretor Geral Administrativo, foi reduzida em 20% a quantidade adquirida em relação ao período anterior.

Em que pese o fato de quem nem todas as ações relacionadas foram concluídas em 2016, a meta de redução de 5% foi atingida e superada, com redução de consumo de 12,24% em 2016, com tendência de redução gradativa em 2017 a partir da expansão da utilização dos sistemas de processos eletrônicos judiciais e administrativos, aliada à conclusão do plano de comunicação da campanha institucional visando incentivar o uso racional de impressoras e de papel.

3.2 COPOS

3.2.1 Evolução do indicador

COPOS DESCARTÁVEIS	2015	2016	VARIÇÃO
3.1. CCA – Consumo de copos descartáveis para água	66.695	61.295	-5.400

3.2. CCC – Consumo de copos descartáveis para café	0	0	0
3.4. GCA – Gasto com copos descartáveis para água	R\$ 194.162,00	R\$ 182.752,02	- R\$ 11.410
3.5. GCC – Gasto com copos descartáveis para café	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0

No ano de 2015 foram consumidos 66.695 unidades de copos. No ano de 2016 consumiu-se 61.295 unidades de copos, resultando uma diminuição de aproximadamente 8%. Com relação aos gastos com os copos houve uma diminuição de R\$ 11.409,98, o que representa um percentual de redução de aproximadamente 6% em relação ao ano de 2015.

3.2.2 Relatório das ações

3.2.2.1	Ação	Avaliar a possibilidade de substituição de copos plásticos descartáveis de 110 ml produzidos em polietileno por copos descartáveis produzidos em 100% polipropileno no Poder Judiciário.
	Meta	Atingir 100% das unidades da sede do Tribunal de Justiça.
	Objetivo	Diminuir o impacto ambiental e econômico do consumo do material.
	Responsabilidade	Diretoria de Infraestrutura
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 3, indicadores 3.1 a 3.6
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-	VII - contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, combustível, serviços de vigilância, de

CNJ)	limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial, conforme artigo 15;
------	--

Cumprida.

O Poder Judiciário catarinense adquiriu copos descartáveis produzidos em 100% polipropileno, com capacidade para 180 ml e copos descartáveis produzidos em poliestireno, com capacidade de 110 ml.

3.2.3 Identificação das metas 2017 – Grupo 3 – Copos descartáveis

Não há metas para este indicador em 2017.

3.3 ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA

3.3.1 Evolução do indicador

ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA	2015	2016	VARIAÇÃO
4.1. CED – Consumo de embalagens descartáveis para água mineral	517.608	488.208	-29.400
4.2. CER – Consumo de embalagens retornáveis para água mineral	68.267	67.259	-1.008
4.3. GAED – Gasto com água mineral em embalagens descartáveis	R\$ 376.372,00	R\$ 363.269,70	- R\$ 13.102
4.4. GAER – Gasto com água mineral em embalagens retornáveis	R\$ 452.248,00	R\$ 447.006,59	-R\$ 5.241

O PJSC adquire água mineral envasada em embalagens descartáveis de 500 ml, com e sem gás, e embalagens retornáveis de 20 litros. A atual política institucional prevê a distribuição de 1,5 fardos de água mineral em embalagem de 500 ml por semana para cada magistrado/promotor de justiça (estes por meio de Convênio).

Após medidas administrativas de regulamentação observou-se uma redução de aproximadamente 8% no consumo de água mineral de 500 ml.

3.3.2 Relatório das ações

3.3.2.1	Ação	Regulamentar a distribuição de água mineral em garrafinhas de 500 ml no PJSC.
	Meta	Diminuir em 10% o consumo de água em garrafa de 500 ml em 2016.
	Objetivo	Diminuir o impacto ambiental e econômico do consumo do material.
	Responsabilidade	Diretoria de Infraestrutura
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 4, indicadores 4.1 a 4.4
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos;

Cumprida.

A regulamentação foi objeto do processo n.579412-2015.9. A decisão prevê a gradual substituição das garrafas de 500 ml por bombonas de 20 litros, preservando os setores do PJSC incumbidos da representação institucional e do recebimento de autoridades, dispondo esses setores de pequeno estoque de garrafas de 500 ml com e sem gás. Com isso deverá ocorrer uma adequação

dos contratos relacionados à aquisição de água mineral, reduzindo-se gradualmente a aquisição de garrafas de água com e sem gás de 500 ml, substituídas proporcionalmente por bombonas de 20 litros.

3.3.2.2	Ação	Campanha de sensibilização para o consumo de garrafas plásticas.
	Meta	Atingir 100% das unidades da sede do Tribunal de Justiça.
	Objetivo	Sensibilizar o público interno para o consumo consciente de materiais plásticos.
	Responsabilidade	Diretoria de Tecnologia da Informação/Diretoria de Material e Patrimônio/ Secretaria de Gestão Socioambiental
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 16, indicadores 16.1 a 16.3
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	VI - sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas;

Não cumprida.

A ação, tratada nos autos do SPA n. 15775/2016, aguarda decisão da Administração sobre sugestão para cessar a aquisição de água mineral engarrafada (SPA n. 10212/2015).

3.3.3 Identificação das metas 2017 – Grupo 4 – Água envasada em embalagem plástica

Não há metas para este indicador em 2017.

3.4 IMPRESSÃO

3.4.1 Evolução do indicador

IMPRESSÃO	2015	2016	VARIAÇÃO
5.1. QI – Quantidade de impressões	4.289,46	3.945	-344
5.2. QEI – Quantidade de equipamentos de impressão	4.473	4.226	-247
5.4. GAS – Gasto com aquisições de suprimentos	R\$ 1.449.571,00	R\$ 1.598.716,95	R\$ 149.146
5.5. GAI – Gasto com aquisição de impressoras	R\$ 12.685,00	R\$ 0,00	- R\$ 12.685
5.6. GCO – Gasto com contratos de terceirização de impressão	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0

Além das ações enumeradas no plano, o Poder Judiciário catarinense utiliza as seguintes práticas, as quais são alinhadas às sugestões propostas pelo Conselho Nacional de Justiça:

- atuação de novos processos judiciais de primeiro e segundo graus por meio eletrônico, e 93% dos processos administrativos também ocorrendo de forma eletrônica, reduzindo assim, substancialmente a necessidade de impressão de documentos, culminando com a substancial redução do consumo de papel; e

- ampliação da digitalização de processos no primeiro grau de Jurisdição, ordenada por meio da Resolução Conjunta n. 6/2016- GP/CGJ, que instituiu o Programa Estadual de Digitalização de Processos nas Unidades Judiciárias do Primeiro Grau.

Entretanto, na evolução dos indicadores observa-se que o valor gasto com suprimentos de impressoras teve um acréscimo, decorrente do aumento do valor unitário desse suprimento.

3.4.2 Relatório das ações

3.4.2.1	Ação	Configuração das impressoras nos padrões econômicos de uso de toner
	Meta	100% das impressoras configuradas.
	Objetivo	Redução da quantidade de equipamentos e insumos
	Responsabilidade	Diretoria de Tecnologia da Informação
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 5, indicadores 5.1 a 5.6
	Tema (Art. 16 da Resolução 201/2015-CNJ)	I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos;

Cumprida.

A Diretoria de Tecnologia da Informação orientou os Técnicos de Suporte de Informática e usuários para o uso o recurso de impressão frente/verso e para a configuração de impressoras no modo "rascunho", e sensibilizou os usuários para evitarem impressões desnecessárias, visando à economia de papel e toner, respectivamente.

3.4.2.2	Ação	Adoção de uso compartilhado das impressoras.
	Meta	80% das impressoras com uso compartilhado.
	Objetivo	Redução da quantidade de impressoras em uso.
	Responsabilidade	Diretoria de Tecnologia da Informação
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 5, indicadores 5.1 a 5.6

Tema (Art. 16 da Resolução 201/2015-CNJ)	I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos;
--	--

Não cumprida.

Foi realizada uma análise que demonstrou a dificuldade de implantação da meta de uso compartilhado em determinadas unidades judiciais e, portanto, a ação foi realinhada como meta para o ano-base 2017.

3.4.2.3	Ação	Acompanhamento do nível de ociosidade das impressoras.
	Meta	50% das impressoras com ociosidade abaixo de 30%.
	Objetivo	Otimizar o uso de cada equipamento.
	Responsabilidade	Diretoria de Tecnologia da Informação
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 5, indicadores 5.1 a 5.6
	Tema (Art. 16 da Resolução 201/2015-CNJ)	I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos;

Não cumprida.

A meta relacionada à manutenção de ociosidade das impressoras em 30% foi excluída do plano de ações, em virtude da impossibilidade de elaboração de política para verificação de ociosidade das impressoras, no momento.

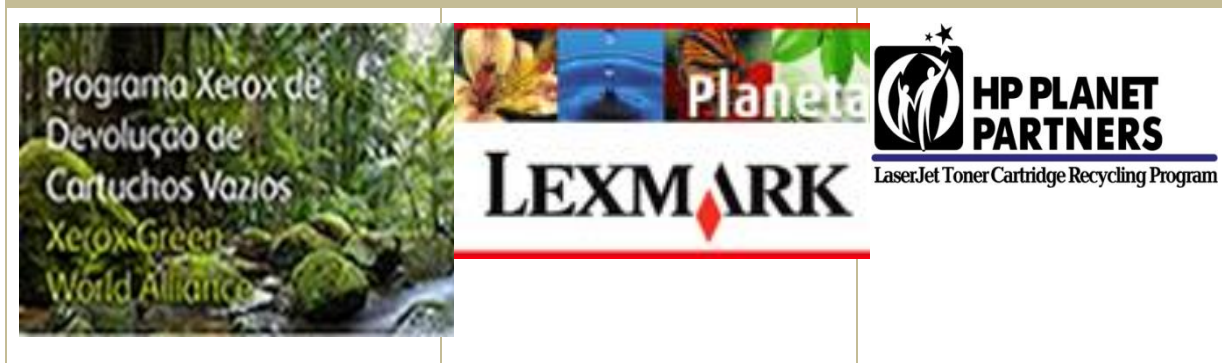
3.4.2.4	Ação	Programa de destinação de cartuchos
---------	-------------	--

Meta	100% dos cartuchos com destinação ecologicamente correta.
Objetivo	Minimizar o impacto ambiental com o descarte de cartuchos usados.
Responsabilidade	Diretoria de Material e Patrimônio, Diretoria de Tecnologia da Informação e Secretaria de Gestão Socioambiental.
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 5, indicadores 5.1 a 5.6
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	VII - contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, combustível, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial, conforme artigo 15;

Cumprida.

Ação tratada nos autos do SPA n.15786/2016. Os cartuchos das marcas HP, Xerox, e Lexmark, são recolhidos pelos fabricantes, sem ônus para o erário, e destinados à reciclagem. Os cartuchos de outras marcas são recolhidos por empresas especializadas, regulares e licenciadas para serviços de coleta, transporte, e destinação adequada, contratadas pelo TJSC. Deste modo, alcançou-se a meta de 100% dos suprimentos de impressão usados no TJSC e comarcas com destinação ambientalmente adequada.

Convênios de logística reversa – cartuchos



Convênio n. 78/2013	Convênio n. 182/2015	Convênio n. 174/2013
---------------------	----------------------	----------------------

Fonte: SGS

3.4.3 Identificação das metas 2017 – Grupo 5 – Impressão

PLANO DE AÇÕES 2017 – IMPRESSÃO	ÁREAS	OBJETIVO	META
1 Configuração de impressoras para impressão econômica e em frente e verso.	DTI	Redução da quantidade de equipamentos e insumos.	100% das impressoras configuradas.
2 Adoção de uso compartilhado das impressoras.	DTI	Redução da quantidade de impressoras em uso.	80% das impressoras com uso compartilhado.

Com relação à meta de configuração de 100% das impressoras nos padrões econômicos de uso de toner, em que pese o cumprimento dessa meta no ano de 2016, a mesma foi mantida para 2017 para garantir a continuidade dessa iniciativa.

Quanto à inclusão da logística reversa nos procedimentos licitatórios de aquisição de equipamentos de impressão, em consonância com a legislação, a Diretoria de Tecnologia da Informação está realizando estudos para a implantação da modalidade denominada “outsourcing” de impressão no PJSC, que consiste em contratação de terceiros, os quais irão disponibilizar equipamentos de impressão, bem como suprimentos, com pagamento sob demanda, ou seja, de acordo com o número de cópias impressas, com ou sem franquia.

Além disso, não serão adquiridos novos equipamentos de impressão, em virtude da possibilidade de reaproveitamento desses equipamentos de unidades judiciais que estejam com mais de 80% de seu acervo de processos já digitalizados.

3.5 TELEFONIA

3.5.1 Evolução do indicador

TELEFONIA	2015	2016	Variação
6.1. GTF – Gasto com telefonia fixa	R\$ 723.757,00	R\$ 706.470,21	-17.287
6.2. LTF - Linhas Telefônicas Fixas	9.407	9407	0
6.4. GTM – Gasto com telefonia móvel	R\$ 743.168,00	R\$ 680.291,73	- R\$ 62.876
6.5. LTM - Linhas Telefônicas Móveis	541	541	0

Foi efetivada a redução do indicador de gasto total de contrato de telefonia fixa em um percentual de 2,3%, o que reduziu o valor de R\$ 723.757,83 para R\$ 706.470,21. Relativo ao indicador de gasto total do contrato de telefonia móvel foi possível obter uma economia de 8,5% e o valor reduziu de R\$ 743.168,54 para R\$ 680.291,73.

3.5.2 Relatório de ações

3.5.2.1

Ação	Revisão dos contratos de telefonia.
Meta	Revisar 100% dos contratos que envolvam telefonia.
Objetivo	Minimizar encargos e aumentar operacionalidade dos contratos.
Responsabilidade	Diretoria de Tecnologia da Informação
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Indicador 6.1 a 6.6
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-	VII - contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, combustível, serviços de vigilância, de

CNJ)	limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial, conforme artigo 15;
------	--

Cumprida.

3.5.2.2	Ação	Avaliação das autorizações de ligações telefônicas.
	Meta	Corrigir 100% das discrepâncias.
	Objetivo	Corrigir discrepâncias das autorizações.
	Responsabilidade	Diretoria de Tecnologia da Informação
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Indicador 6.1 a 6.6
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	I - uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos;

Cumprida.

3.5.2.3	Ação	Expansão da telefonia VOIP.
	Meta	Utilizar 100% das centrais telefônicas com Sistema Asterisk.
	Objetivo	Minimizar os custos com a telefonia convencional.
	Responsabilidade	Diretoria de Tecnologia da Informação
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Indicador 6.1 a 6.6
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-	VII - contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, combustível, serviços de vigilância, de

CNJ)	limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial, conforme artigo 15;
------	--

Cumprida.

3.5.3 Identificação das metas 2017 – Grupo 6 –Telefonia

Não há metas para este indicador em 2017.

3.6 ENERGIA ELÉTRICA

3.6.1 Evolução do indicador

ENERGIA ELÉTRICA	2015	2016	VARIAÇÃO
7.1. CE – Consumo de energia elétrica (Kwh)	22.916.326	22.104.482	- 811.844
7.3. GE – Gasto com energia elétrica	R\$ 10.852.569,00	R\$ 11.205.929,62	R\$ 353.361

3.6.2 Relatório de ações

3.6.2.1	Ação	Campanha de sensibilização para uso consciente de energia elétrica, com foco no uso correto do ar condicionado e na utilização de escadas.
	Meta	Atingir 100% das unidades da sede do Tribunal de Justiça.
	Objetivo	Informar e sensibilizar os usuários sobre consumo consciente de energia elétrica e práticas que reduzem o uso do recurso.
	Responsabilidade	Diretoria de Engenharia e Arquitetura/Secretaria de Gestão

	Socioambiental
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 16, indicadores 16.1 a 16.3
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	VI - sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas;

Parcialmente cumprida.

A ação está sendo tratada nos autos do SPA n. 15811/2016. A Diretoria de Engenharia e Arquitetura enumerou sugestões técnicas para compor as diretrizes da campanha, quanto à utilização do ar condicionado, sendo:

- a) Configurar os aparelhos no modo refrigeração (ao invés do modo automático);
- b) Fechar as janelas e portas enquanto o aparelho estiver sendo utilizado;
- c) Definição da temperatura em torno dos 22°C, priorizando o conforto térmico sem recorrer a temperaturas extremas;
- d) Evitar o calor do sol, fechando as persianas;
- f) Evitar o uso dos aparelhos condicionadores de ar na função de aquecimento;
- g) Desligar os aparelhos quando for se ausentar e antes do término do expediente.

ENERGIA

PENSE AMBIENTE
CONSUMO CONSCIENTE

Problema

Para suprir o aumento no consumo de energia elétrica, novas usinas são instaladas. Muitas delas causam grande impacto ambiental na região de instalação (hidrelétricas) ou lançam no ar partículas que causam chuva ácida e efeito estufa (termelétricas). Ainda assim, estima-se que metade da produção anual de Itaipu seja desperdiçada pelos consumidores.

Soluções

Lembre-se que consumir energia elétrica é consumir recursos naturais. Utilize-a com zelo e economia.

Economize-a no computador: modifique o esquema de energia do computador para desligar o monitor e o disco rígido em períodos ociosos. Ao sair, desligue todos os equipamentos. Redução do consumo: de 0,2 kWh para 0,04 kWh (66%).

Economize-a no ar condicionado: desligue-o meia hora antes do fim do expediente e durante o almoço. Feche as portas e janelas quando o ar condicionado estiver ligado. Mantenha o ambiente fresco utilizando a ventilação. Pela manhã, resfrie o ambiente abrindo as janelas.

Economize-a na iluminação: utilize a luz natural do ambiente. Ligue somente a quantidade mínima necessária para uma iluminação suave. Desligue as luzes ao sair, inclusive as dos corredores.

PARA QUE TANTO APARELHO?

Antes de adquirir produtos elétricos ou eletrônicos, pense a respeito da real necessidade de obtê-los. O equilíbrio ambiental e o equilíbrio no modo como consumimos estão profundamente interligados.

META 6

Figura 2- Campanha Pense Ambiente - 2010 - em reformulação

No tocante à utilização de escadas, a Diretoria de Engenharia e Arquitetura busca configurar os projetos arquitetônicos de novos prédios de forma a localizar estrategicamente as escadas para incentivar seu uso, pela criação de escadas abertas e não apenas escadas protegidas/enclausuradas, necessárias à prevenção contra incêndio, e pela disposição das escadas em locais centrais e de boa visualização.

A Diretoria de Saúde ponderou que embora o hábito de subir e descer escadas traga benefícios à saúde, há restrições para aqueles que sofrem de algum processo degenerativo nos joelhos, quadris e tornozelos e é contraindicado para pessoas obesas ou com doenças cardíacas, pois o ato de subir escadas impõe um esforço considerável, podendo haver complicações. Além disso, em razão da existência de escadas irregulares, o uso é contraindicado para aqueles que usam sapato do tipo salto-alto. O processo está na Secretaria de Gestão Socioambiental para elaboração do Plano de Comunicação da campanha como meta do ano-base 2017.

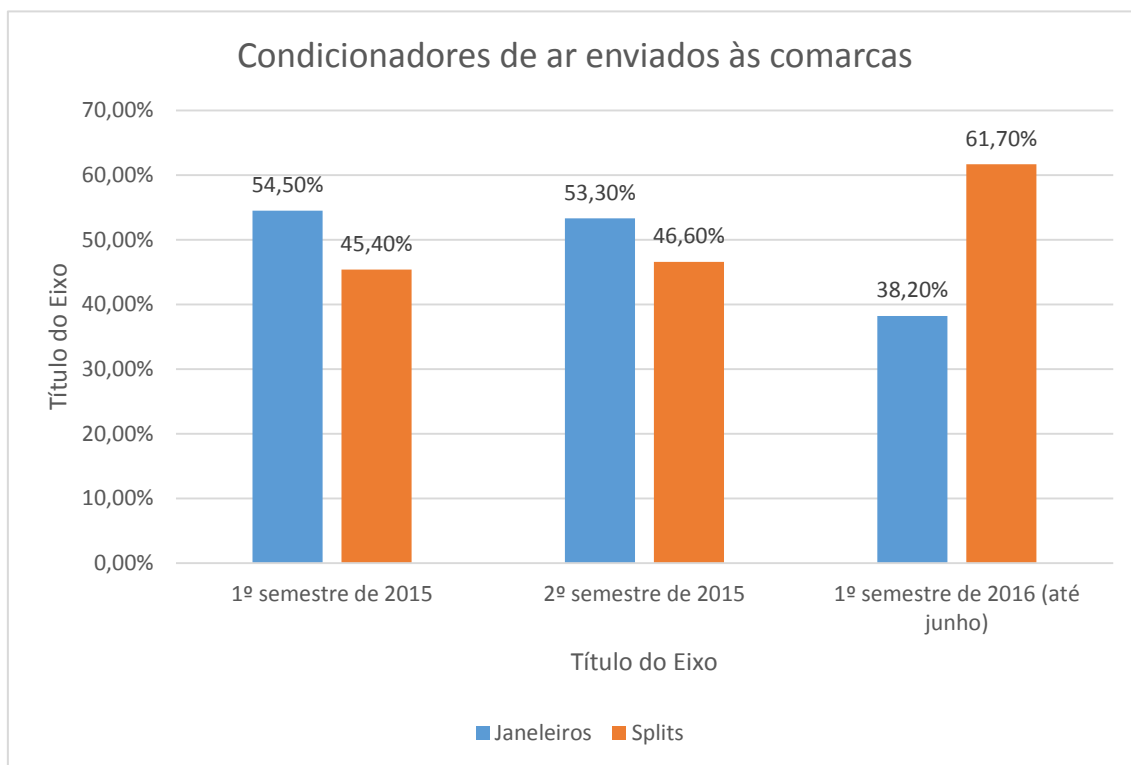
3.6.2.2	Ação	Substituir equipamentos de ar condicionado do tipo janeleiro de baixa eficiência energética, por equipamentos de alta eficiência energética, com selo PROCEL.
	Meta	Atender 100% das solicitações encaminhadas entre 21/09/2015 e 21/03/2016, conforme análise técnica.
	Objetivo	Maior eficiência no gasto relacionado ao consumo de energia elétrica no PJSC.
	Responsabilidade	Diretoria de Engenharia e Arquitetura
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 7, indicadores 7.1 a 7.4
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	II - energia elétrica;

Cumprida.

O uso de condicionadores de ar afeta diretamente o conforto térmico e acústico no meio ambiente do trabalho. Além disso, a opção por aparelhos energeticamente mais eficientes tem reflexos econômicos e ambientais, representando diminuição no consumo de energia. A ecoeficiência é um princípio da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n.12305/2010), segundo o qual visa-se

compatibilizar o uso de bens que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais. Trata-se da busca pelo uso da melhor tecnologia disponível. O terceiro item refere-se à sondagem da quantidade de aparelhos condicionadores de ar do tipo janelheiro e do tipo *split* por comarca. Sendo o segundo mais eficiente em termos de energia e de ruído. A coleta de dados, realizada pela Divisão de Manutenção de Primeiro Grau permite que no futuro seja feito um prognóstico da substituição dos janelheiros por condicionadores *split*.

Frisa-se que esse levantamento não abarca os índices de condicionadores de ar dos prédios de 2º grau (Tribunal de Justiça), tão somente as 111 (cento e onze) comarcas do Estado de Santa Catarina. As tabelas em anexo demonstram que, no segundo semestre de 2015 foram contabilizados 4.213 condicionadores de ar do tipo janelheiro e 719 condicionadores de ar do tipo *split*, o que representa uma porcentagem de 85% de janelheiros e 15% *split*. É frequente a substituição dos aparelhos condicionadores de ar do tipo janelheiro pelo tipo *split*, quando detectada a obsolescência daquele em razão do tempo de uso e mau funcionamento. Em 2015, no primeiro semestre, houve o envio de 101 (cento e um) janelheiros e 84 *split*, representando uma porcentagem de 54,5% de janelheiros e 45,4% *split*. Em 2015, no segundo semestre, houve o envio de 96 (noventa e seis) janelheiros e 84 (oitenta e quatro) *split*, representando uma porcentagem de 53,3% de janelheiros em relação a 46,6% de *split*. Em 2016, até o mês de junho, houve o envio de 52 (cinquenta e dois) janelheiros e 84 (oitenta e quatro) *split*, representando uma porcentagem de 38,2% de janelheiros e 61,7% de *split*. Concluiu-se pelo uso crescente de aparelhos condicionadores de ar do tipo *split* em relação aos condicionadores de ar do tipo janelheiro, de eficiência energética superior e com menos ruídos e no mesmo sentido, uma queda de 53% de janelheiros no segundo semestre de 2015 para 38% no primeiro semestre de 2016.



Fonte: 1- DEA

3.6.3 Identificação das metas 2017 – Grupo 7 – Energia elétrica

PLANO DE AÇÕES 2017 – ENERGIA ELÉTRICA	ÁREAS	OBJETIVO	META
1 Definição de critérios/restrições para redução das aquisições de ar condicionado do tipo janeleiro.	DEA/DGA	Reduzir o consumo de energia elétrica no PJSC no que se refere aos sistemas de climatização, com base no levantamento de informações realizado em 2016.	Reduzir para 25% a substituição/installação de condicionadores de ar do tipo janeleiro por aparelhos do tipo <i>split</i> .

2 Campanha de sensibilização para uso consciente de energia elétrica, com foco no uso correto do ar condicionado.	SGS/DEA	Informar e sensibilizar os usuários sobre consumo consciente de energia elétrica e práticas que reduzem o uso do recurso.	Atingir 100% das unidades da sede do Tribunal de Justiça.
--	---------	---	---

3.7 ÁGUA E ESGOTO

3.7.1 Evolução do indicador

ÁGUA E ESGOTO	2015	2016	VARIAÇÃO
8.1. CA – Consumo de água	125.558	125.830	272
8.3. GA – Gasto com água	R\$ 1.336.619,00	R\$ 1.471.331,09	R\$ 134.712

3.7.2 Relatório de ações

3.7.2.1	Ação	Campanha de sensibilização para uso consciente de água.
	Meta	Atingir 100% das unidades da sede do Tribunal de Justiça.
	Objetivo	Informar e sensibilizar os usuários sobre consumo consciente de água e práticas que reduzem o uso do recurso.
	Responsabilidade	Diretoria de Engenharia e Arquitetura/ Secretaria de Gestão Socioambiental
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 16, indicadores 16.1 a 16.3

Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	VI - sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas;
---	--

Parcialmente cumprida.

Ação tratada nos autos do SPA n. 15819/2016. A Diretoria de Engenharia e Arquitetura informou as seguintes medidas já adotadas para evitar o desperdício:

- a) utilização de torneiras de acionamento hidromecânico temporizadas;
- b) instalação de mictórios nos banheiros masculinos com acionamento por sensor de presença;
- c) instalação de válvulas de descarga de duplo acionamento;
- d) aproveitamento de água da chuva em três edificações deste Poder Judiciário, sede do Tribunal de Justiça, Fórum de Palhoça, e TJSC-Unidade Presidente Coutinho. No prédio da sede do Tribunal de Justiça e no prédio do Fórum de Palhoça a água é utilizada para o sistema de climatização. Enquanto que na Unidade Presidente Coutinho é utilizada para as descargas dos sanitários.

Quanto à campanha para sensibilização dos usuários a DEA enumerou seguintes sugestões:

- a) Utilizar as torneiras de forma restrita ao necessário nos prédios em que não há temporizador ou sensor nas torneiras;
- b) Fechar totalmente a torneira logo após o uso;
- c) Não pressionar a descarga por tempo superior ao necessário;
- d) Não usar a descarga sem necessidade;
- e) Utilizar de modo correto a descarga de duplo acionamento, mediante o uso prioritário do botão de menor liberação de água;
- f) Não usar o vaso sanitário como lixeira;

g) Comunicar à Secretaria do Foro indícios de vazamentos ou outros problemas hidráulicos.

**PENSE AMBIENTE
CONSUMO CONSCIENTE**
ÁGUA

Problema
O uso de água não tratada e poluída mata mais do que muitas formas de violência. Diariamente, 2 milhões de toneladas de resíduos são lançados nos rios, lagos e oceanos. O resíduo é composto de esgoto, poluição industrial, pesticidas agrícolas e resíduos animais. Em 15 anos, 1,8 bilhões de pessoas viverão em regiões com grave escassez de água para o consumo.

Soluções
Evitar o desperdício é um exercício diário que demonstra amor ao planeta e consciência de que a água é um bem indispensável à vida.

Economize no banheiro: feche a torneira enquanto escovar os dentes, abrindo-a somente no final da escovação. Redução do consumo: de 60 litros para 1 litro.

Economize na copa: ao lavar objetos, retire a sujeira, umedeça-os e mantenha a torneira fechada enquanto os esfrega com detergente. Uma torneira aberta gasta de 12 a 20 litros de água por minuto. Redução do consumo: de 180 litros para 60 litros em 15 minutos de lavação.

Fique de olho: não deixe torneiras e válvulas pingando. Avise se houver vazamento ou excesso de vazão. Uma torneira pingando joga fora, no mínimo, 46 litros/dia de água limpa e tratada, quantidade suficiente para matar a sede de uma pessoa por muitos dias.

REDUZA O CONSUMO DE “ÁGUA VIRTUAL”
Pense em toda a quantidade de água utilizada desde o início do processo de produção dos bens até o destino final. Portanto, exerça o consumo consciente.

Poder Judiciário de Santa Catarina
DIE - Diretoria de Infraestrutura
Seção de Gestão Ambiental

META 6

Figura 3 Campanha Pense Ambiente - 2010 - em reformulação

O processo está na Secretaria de Gestão Socioambiental para elaboração do Plano de Comunicação da campanha como meta do ano-base 2017.

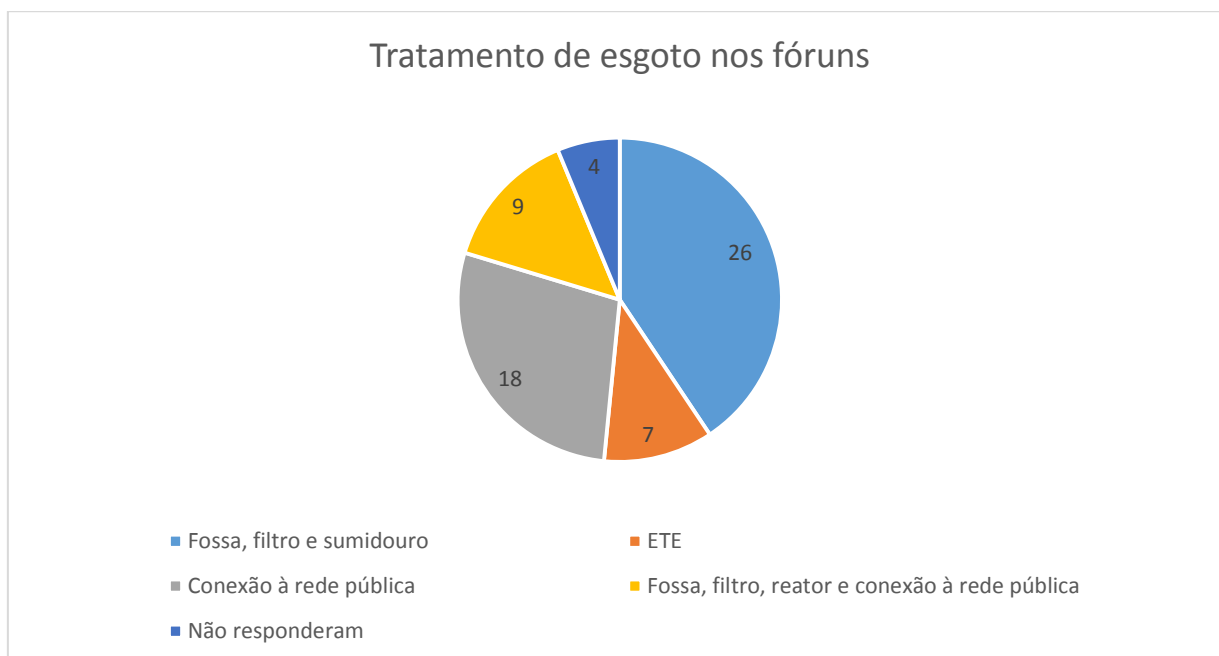
3.7.2.2

Ação	Efetuar o levantamento para diagnosticar a situação atual das edificações do Poder Judiciário de SC, no tocante ao tratamento de efluentes sanitários.
Meta	Levantamento de 100% das edificações que possuem estação de tratamento de efluentes própria (ETE).
Objetivo	Destinar adequadamente os efluentes sanitários gerados nos prédios do Poder Judiciário SC, eliminando os sistemas de fossas sépticas e sumidouros que contaminam o solo e o lençol freático.
Responsabilidade	Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 8, indicadores 8.1 a 8.4
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	III - água e esgoto;

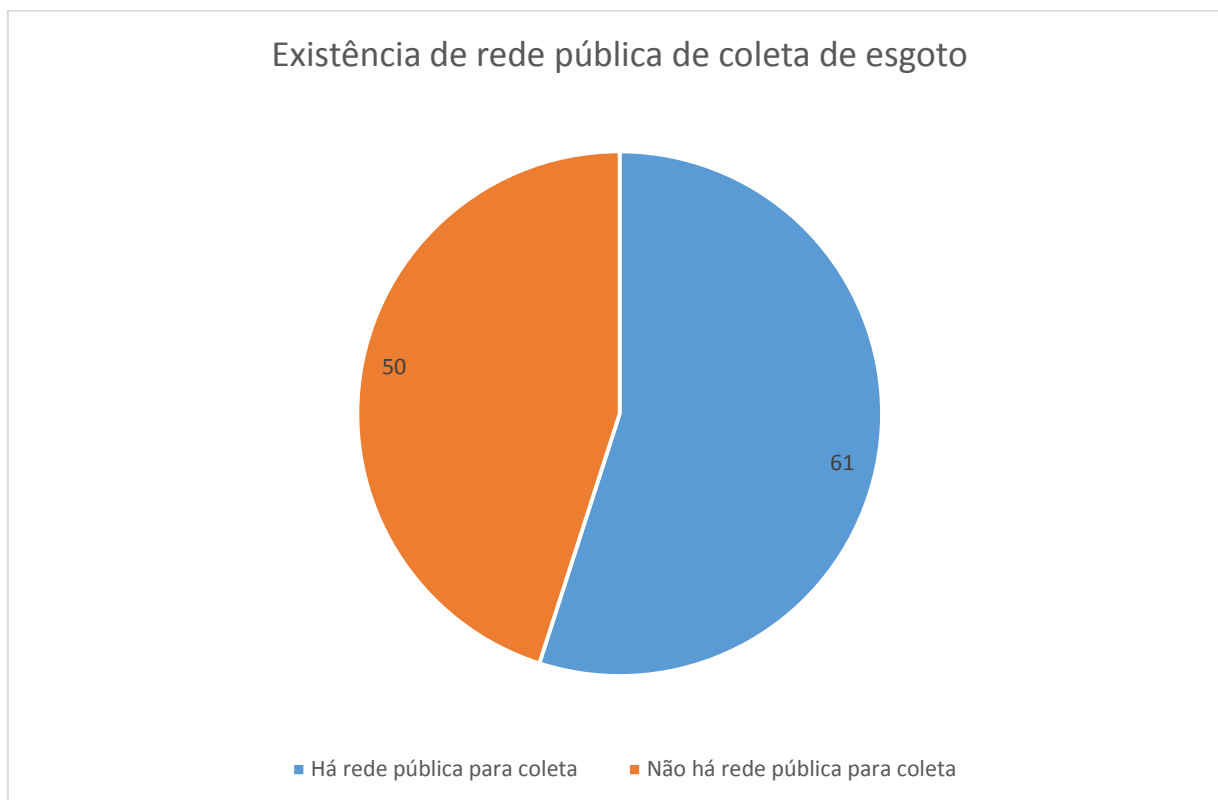
Cumprida.

O saneamento básico (regulado pela Lei n.11.445/2007), especificamente quanto à forma de esgotamento sanitário deve prioritariamente ocorrer mediante conexão à rede pública, sendo o fornecimento desse serviço dever dos municípios. Na ausência de esgotamento sanitário via rede pública, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina utiliza formas alternativas para garantir o tratamento dos efluentes e disposição final ambientalmente adequada. O primeiro item, relativo ao saneamento básico, refere-se à identificação de existência de rede pública para tratamento de esgoto nos municípios e a forma de coleta utilizada em todas as comarcas. Nesse sentido, aplicou-se questionário, sendo três as opções de esgotamento sanitário: Fossa, filtro e sumidouro; Estação de tratamento de efluentes própria e conexão à rede pública de coleta e tratamento.

Auferiram-se 114 (cento e quatorze) respostas de um universo de 128 (cento e vinte e oito) prédios. Das 114 (cento e quatorze) comarcas no Estado, apenas 4 (quatro) não responderam, de modo que, 107 (cento e sete) comarcas prestaram informações, via de regra prestadas pelos Chefes de Secretaria. Conforme informações prestadas, há rede pública em 61 (sessenta e um) municípios, dos quais 7 (sete) possuem Estação de Tratamento de Efluentes; 26 (vinte e seis) utilizam o sistema de Fossa, Filtro e Sumidouro; 18 (dezoito) estão conectados exclusivamente à rede pública e outros 9 (nove) afirmam utilizar um sistema híbrido de Fossa e conexão à rede pública. Além disso, foi informado que não há rede pública em 50 (cinquenta) municípios, dos quais 8 (oito) possuem Estação de Tratamento de Efluentes; 39 (trinta e nove) utilizam o sistema de Fossa, Filtro e Sumidouro; 1 fossa e ETE; 1 fossa e rede e 1 não respondeu. Concluiu-se pela possibilidade de melhoria do sistema de Fossa Filtro e Sumidouro para conexão à rede pública em 26 (vinte e seis) comarcas e pela previsibilidade de desativação de 7 (sete) Estações de Tratamento de Efluentes onde há rede pública.



Fonte: 2- DEA



Fonte: 3- DEA

3.7.3 Identificação das metas 2017 – Grupo 8 – Água e esgoto

PLANO DE AÇÕES 2017	ÁREAS	OBJETIVO	META
– ÁGUA E ESGOTO			
1 Campanha de sensibilização para uso consciente de água.	SGS/DEA	Informar e sensibilizar os usuários sobre consumo consciente de água e práticas que reduzem o uso do recurso.	Atingir 100% das unidades da sede do Tribunal de Justiça.

3.8 GESTÃO DE RESÍDUOS

3.8.1 Evolução do indicador

GESTÃO DE RESÍDUOS	2015	2016	VARIAÇÃO
9.1. DPA – Destinação de papel	0,00	0,00	0
9.2. DPL – Destinação de plásticos	0,00	0,00	0
9.3. DMT – Destinação de metais	0,00	0,00	0
9.4. DVD – Destinação de vidros	0	0,00	0
9.5. CGe – Coleta geral	128930	149.844,20	20.914
9.7. DRI – Destinação de resíduos de informática	18.420,55	12.098,92	-6.322
9.8. DSI – Destinação de suprimentos de impressão	4.600	8.667	4.067
9.9. DPB – Destinação de pilhas e baterias	3.271,75	2.594,66	-677
9.10. DLP – Destinação de lâmpadas	31.813	34.368	2.555
9.11. DRS – Destinação de resíduos de saúde	102,46	167,54	65
9.12. DOB – Destinação de resíduos de obras e reformas	0	0	0

3.8.2 Relatório de ações

3.8.2.1

Ação

Destinação de resíduos orgânicos à coleta seletiva solidária, para reciclagem – TJ.

Meta	100% das Unidades do TJ na grande Florianópolis
Objetivo	Destinar os resíduos orgânicos à reciclagem, através de compostagem para produção de adubo orgânico. Redução da quantidade de resíduos enviados ao aterro sanitário.
Responsabilidade	Secretaria de Gestão Socioambiental
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 9, indicadores 9.1 a 9.12
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	IV - gestão de resíduos

Parcialmente cumprida.

O contrato n. 129/2015 foi aditivado em 25%, dentro do limite legal, estendendo as coletas que já eram realizadas na sede e na unidade administrativa para as unidades instaladas à Rua Almirante Lamego (Academia Judicial e Vara Bancária), e foi autuado o processo administrativo n. 31216/2016 com o projeto básico de licitação para contratação das coletas nas demais unidades do TJSC, instaladas nos municípios de São José e Palhoça. O Processo Administrativo n. 31216/2016 retornou para a Secretaria de Gestão Socioambiental para reavaliação do mercado e estudo de exequibilidade.

3.8.2.2	Ação	Destinação de resíduos orgânicos à coleta seletiva, para reciclagem – comarcas.
	Meta	20% das comarcas
	Objetivo	Destinar os resíduos orgânicos à reciclagem, através de compostagem para produção de adubo orgânico. Redução da

	quantidade de resíduos enviados ao aterro sanitário.
Responsabilidade	Secretaria de Gestão Socioambiental
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 9, indicadores 9.1 a 9.12
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	IV - gestão de resíduos

Parcialmente cumprida.

Por meio de um estudo, verificou-se que o mercado de reciclagem de resíduos orgânicos para compostagem e produção de adubo é incipiente, eis que foram encontradas apenas quatro empresas especializadas em Santa Catarina, uma em Florianópolis que está encerrando as atividades, uma em Balneário Camboriú, e duas no sul do Estado.

Dentro da realidade oportunizada pelo mercado, foi realizada licitação bem sucedida para contratação dos serviços em nove fóruns da região sul, o contrato 245/216 atende os Fóruns de Urussanga, Jaguaruna, Orleans, Lauro Muller, Braço do Norte, Içara, Criciúma, Forquilha, e Tubarão, a coleta em Balneário Camboriú é realizada através de convênio com o MPSC, enquanto que nos fóruns de Santo Amaro da Imperatriz, São Bento do Sul, e Laguna, a compostagem é feita pela zeladoria nos jardins dos fóruns. Quanto aos fóruns localizados na Grande Florianópolis, o momento desfavorável frustrou os objetivos, e por ora será viável executar a compostagem de resíduos orgânicos para produção de adubo somente em 10% dos fóruns de Santa Catarina, 50% da meta estabelecida para 2016.

3.8.2.3	Ação	Destinação de resíduos recicláveis à coleta seletiva solidária, para reciclagem – TJ.
	Meta	Contemplar 100% das unidades diversas do TJSC na Grande

	Florianópolis.
Objetivo	Destinar os resíduos à reciclagem, inserindo as cooperativas de catadores na logística, por meio da implantação da coleta seletiva solidária.
Responsabilidade	Secretaria de Gestão Socioambiental
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 9, indicadores 9.1 a 9.12
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	IV - gestão de resíduos

Cumprida.

As comarcas de Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e Biguaçu são contempladas pela coleta seletiva municipal. Na comarca de São José, as coletas no Fórum e nas Unidades do TJSC são realizadas por meio do Contrato n. 17/2013.

3.8.2.4	Ação	Destinação de resíduos recicláveis à coleta seletiva solidária, para reciclagem – comarcas.
	Meta	Contemplar 100% das comarcas em 2016.
	Objetivo	Destinar os resíduos à reciclagem, inserindo as cooperativas de catadores na logística, por meio da implantação da coleta seletiva solidária.
	Responsabilidade	Secretaria de Gestão Socioambiental
	Indicadores (Glossário,	Grupo 9, indicadores 9.1 a 9.12

1ª edição)	
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	IV - gestão de resíduos

Parcialmente cumprida.

Foi possível atingir 34% das comarcas, pois os deslocamentos foram sobrestados pela Administração do TJSC. A meta de implantação da coleta seletiva solidária em 100% das unidades foi transferida para 2017.

3.8.2.5	Ação	Coleta e destinação final de bitucas de cigarro.
	Meta	Destinação adequada de 100% no TJ e expansão para 20% das comarcas em 2016.
	Objetivo	Destinar de forma adequada à legislação ambiental, as bitucas de cigarro, potencialmente perigosas à saúde e/ou ao meio ambiente.
	Responsabilidade	Secretaria de Gestão Socioambiental
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 9, indicadores 9.1 a 9.12
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	IV - gestão de resíduos

Não cumprida.

Projeto em revisão para 2017: a estrutura e a logística da ação serão alteradas.

3.8.2.6	Ação	Destinação de óleo de cozinha à reciclagem - PEV TJ.
	Meta	100% das Unidades do TJ na grande Florianópolis.
	Objetivo	Receber óleo de cozinha, com vistas à destinação final adequada, para reciclagem. Diminuir os impactos no meio ambiente resultantes da destinação inadequada.
	Responsabilidade	Secretaria de Gestão Socioambiental
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 9, indicadores 9.1 a 9.12
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	IV - gestão de resíduos

Parcialmente cumprida.

No mês de julho foi iniciado processo de renovação do convênio (SPA n. 15929/2016) solicitando a expansão conforme as metas estabelecidas para 2016, todavia, ainda se encontra em trâmite administrativo.

3.8.3 Identificação das metas 2017 – Grupo 9 – Gestão de resíduos

PLANO DE AÇÕES 2017 – GESTÃO DE RESÍDUOS	ÁREAS	OBJETIVO	META
1 Implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos nas unidades do TJSC e comarcas	SGS/Comarcas	Realizar a destinação regular e adequada dos resíduos gerados pelo PJSC nas unidades do TJSC e fóruns de Santa Catarinas.	100% das unidades do PJSC com a destinação regular e contínua dos resíduos recicláveis à coleta seletiva

				solidária.
2	Publicação de resolução para regulamentação da destruição de bens apreendidos em processos judiciais, com destinação adequada à legislação ambiental.	Gabinete da Presidência/ CGJ/SGS/Casa Militar/ DDI	Regulamentar a destruição de bens apreendidos em processos judiciais, considerando-se a legislação e os contratos de coleta firmados pela administração.	Regulamentar a destinação de 100% dos bens apreendidos judicialmente.
3	Adequação da destinação das lâmpadas e reatores à logística reversa preconizada pela Lei n. 12305/3010.	DGA/DMP/DEA	Adequar a destinação das lâmpadas fluorescentes e periféricos à logística reversa de resíduos preconizada pela Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei n. 12305/2010.	Realizar logística reversa na coleta de lâmpadas e reatores em 100% das unidades do PJSC

3.9 REFORMAS

3.9.1 Evolução do indicador

REFORMAS	2015	2016	VARIAÇÃO
10.1. GRB – Gastos com reformas no período-base	R\$ 17.855.478,71	R\$ 21.448.340,94	R\$ 3.592.862

10.2. GRR – Gastos com reformas no período de referência	R\$ 12.382.804,00	R\$ 17.855.478,71	R\$ 5.472.675
--	-------------------	-------------------	---------------

3.9.2 Resultado das ações

3.9.2.1

Ação	Efetuar o levantamento para diagnosticar a situação atual das edificações do Poder Judiciário de SC, no tocante existência de Bicicletários nas mesmas.
Meta	Levantamento de 100% das edificações que possuem sobre a existência ou necessidade de ampliação dos bicicletários.
Objetivo	Verificar a necessidade de instalação ou ampliação de bicicletários nas edificações do PJSC.
Responsabilidade	Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 10, indicadores 10.1 a 10.3
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	VII - contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, combustível, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial, conforme artigo 15;

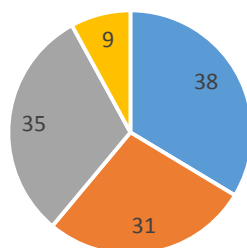
Cumprida.

A existência de bicicletário visa o incentivo ao uso da bicicleta como meio de transporte tanto pelos servidores quanto pelo público que frequenta os Fóruns, no fito da diminuição do consumo de carbono conforme os objetivos traçados na Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei n.12.187/2009). Além disso, a prática promove a geração de saúde aos servidores usuários, o que também interfere positivamente no ambiente de trabalho. A disponibilização de bicicletário ao público em geral também permite maior acessibilidade com segurança. O segundo item é atinente ao

diagnóstico quanto à existência de bicicletário nos prédios dos Fóruns e suas características. A averiguação deu-se mediante questionário, com as seguintes perguntas: (1) há bicicletário?; (2) quem usa o bicicletário?; (3) há bicicletário exclusivo para os servidores?; (4) número de vagas?; (5) há necessidade de mais espaço?; (6) número ideal de vagas?; além de um espaço para observações.

Auferiram-se 113 (cento e treze) respostas de um universo de 128 (cento e vinte e oito) prédios. Das 111 (cento e onze) comarcas no Estado, apenas 5 (cinco) não responderam, de modo que, 106 (cento e seis) comarcas prestaram informações, via de regra prestadas pelos Chefes de Secretaria. Dos 113 (cento e treze) prédios, 44 (quarenta e quatro) afirmaram a existência de bicicletário e 69 (sessenta e nove) afirmaram a inexistência. Dos 69 (sessenta e nove) que afirmaram a inexistência de bicicletário, 29 fizeram observações. Dessas 29 observações, 13 afirmaram que não é costume local o uso da bicicleta ou que nenhum servidor utiliza bicicleta para ir ao Fórum; 16 frisaram que seria interessante a instalação de bicicletário – e deles, 1 afirmou ser urgente. Ainda, dos 69 que afirmaram a inexistência de bicicletário, 31 (trinta e um) informaram um número de 1-15 como número de vagas ideal. Dos 113 (cento e treze), quanto à necessidade de ampliação do espaço, apenas 16 responderam carecer de espaço, 43 informaram a desnecessidade e 54 responderam em branco ou prejudicado o que pode ser interpretado como desinteresse. Dos 44 (quarenta e quatro) que afirmaram a existência de bicicletário, quanto à necessidade de ampliação do espaço para bicicletas, apenas 9 (nove) afirmaram necessitar ampliação, enquanto 35 afirmaram não precisar e 1 respondeu em branco. Concluiu-se, portanto, pela satisfação de grande parte das necessidades quanto ao oferecimento de vagas de bicicletas. De um universo de 113 (cento e treze) infere-se que nos 69 (sessenta e nove) prédios onde não há bicicletário 31 (trinta e um) gostariam que houvesse bicicletário e dos 44 prédios que já possuem bicicletário, 9 (nove) gostariam de ampliação. Ou seja, de 113 prédios com e sem bicicletário, 40 (quarenta) gostariam de ampliação ou instalação de bicicletário, ao passo que 73 demonstram-se satisfeitos com a situação atual.

Satisfação/interesse quanto aos bicicletários



- Prédios que não possuem bicicletário e não manifestaram interesse
- Prédios que não possuem bicicletário e manifestaram interesse na sua instalação
- Prédios que possuem bicicletário e estão satisfeitos
- Prédios que possuem bicicletário e manifestaram interesse na sua ampliação

Fonte: 4- DEA

3.9.2.2

Ação	Verificação de viabilidade técnica para instalação de sensores de presença, para acionamento automático de sistema de iluminação.
Meta	100% dos prédios envolvidos em obras de construção e reforma previstas no planejamento (PPA) em 2016.
Objetivo	Reduzir o gasto com energia elétrica.
Responsabilidade	Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 10, indicadores 10.1 a 10.3
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	VII - contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, combustível, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial, conforme artigo 15;

Cumprida.

O estudo concluiu que a instalação de sensores de presença para acionamento de sistemas de iluminação é viável tecnicamente. Contudo, para garantir a vida útil dos sensores e das lâmpadas, estas últimas devem ser de tecnologia LED. Lâmpadas de descarga (fluorescentes tubulares, econômicas do tipo espiral ou formato “U”) tem sua vida útil reduzida significativamente com o apagar/acender se acionadas com sensores. As lâmpadas de descarga, por possuírem reatores como dispositivos de partida, também reduzem a vida útil dos contatos dos sensores. Portanto, essa solução, se não utilizada adequadamente, implicaria em maior consumo e descarte de materiais, o que restringe sua aplicação atualmente considerando que as lâmpadas LED estão apenas gradualmente sendo utilizadas em alguns prédios e projetos novos, seja de reforma ou construção. Recomenda-se, ainda, que tais instalações sejam feitas somente em áreas de baixa circulação, como garagens e áreas de armazenamento, uma vez que em áreas de grande circulação, o acionamento das lâmpadas através dos sensores poderá gerar desconforto com o apagar/acender em frequência maior, além de também diminuir a vida útil dos contatos dos sensores.

O novo contrato de manutenção que se encontra em tratativas para procedimento licitatório possui em seu escopo serviços relacionados aos sensores e iluminação LED, o que viabilizaria a implementação de tais instalações em algumas edificações quando executados serviços de manutenção predial. Esse contrato entrará em vigor possivelmente em meados do corrente ano.

3.9.3 Identificação das metas 2017 – Grupo 10 – Reformas

PLANO DE AÇÕES 2017 – REFORMAS				
	ÁREAS	OBJETIVO	META	
1	Instalação/ampliação de bicicletário	DEA/Comarcas	Aumentar o número de bicicletários conforme a necessidade das comarcas, com base no levantamento de informações realizado em	Aumentar de 44 para 62 o número de prédios que possuem bicicletários, com prioridade às comarcas

			2016.	que manifestaram interesse.
2	Introduzir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil - RCC nas obras	DEA/Academia Judicial/SGS	Viabilizar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil nas obras do Poder Judiciário de Santa Catarina, de forma estruturada e considerando seus custos.	Especificar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos de construção civil - RCC em pelo menos uma das obras previstas neste PPA.
3	Avaliação pós-ocupação da cobertura verde	DEA	Apurar as vantagens e desvantagens da cobertura verde nos fóruns de Gaspar e Navegantes, concluindo pela manutenção, modificação ou eliminação dessa diretriz nos novos projetos.	Elaborar relatório quanto aos aspectos observados na instalação e manutenção das coberturas verdes nos fóruns de Gaspar e Navegantes.

3.10 LIMPEZA

3.10.1 Evolução do indicador

LIMPEZA	2015	2016	VARIAÇÃO
11.1. GLB – Gastos com contratos limpeza no período-base (jardinagem e lavação de vidro)	R\$ 29.377.174,41	R\$ 23.786.985,96	-5.590.188

11.2. m ² Cont – Área contratada	312.766,84	332.569,34	19.803
11.4. GLR – Gastos com contratos de limpeza no período de referência (jardinagem + lavação de vidro)	R\$ 18.711.971,04	R\$ 19.098.731,28	386.760
11.6. GML – Gasto com material de limpeza	R\$ 661.980,39	R\$ 950.442,20	288.462

3.10.2 Resultado das ações

3.10.2.1	Ação	Avaliar a possibilidade de implantação de projeto piloto para contratação de serviços de limpeza com material.
	Meta	100% do projeto piloto implantado.
	Objetivo	Diminuir o impacto ambiental e econômico do consumo dos materiais e serviços relacionados aos procedimentos de limpeza do PJSC.
	Responsabilidade	Diretoria de Infraestrutura
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 11, indicadores 11.1 a 11.6
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	VII - contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, combustível, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial, conforme artigo 15;

Não cumprida.

A meta foi cancelada após análise que verificou que diante da capilaridade dos prédios que compõe o PJSC, a fiscalização desse tipo de contrato seria inviável. Por outro lado, como medida alternativa de eficiência e economia de produtos de limpeza e de recursos públicos aplicados

na contratação, o edital para contratação de serventes (processo administrativo eletrônico n. 30325/2016) será lançado dentro de, no máximo, 60 dias, e contemplará a revisão do índice de produtividade, por posto, das serventes, fixada no Contrato n. 162/2011 como sendo 400 metros quadrados e, agora, alterada para 500 metros quadrados. Caracteriza, portanto, uma redução de postos equivalente a 25% (vinte e cinco por cento).

3.10.2.2	Ação	Lançar a próxima licitação de serviços de limpeza com critérios de sustentabilidade.
	Meta	100% do contrato a ser firmado em 2016 com critérios de sustentabilidade.
	Objetivo	Diminuir o impacto ambiental e econômico do consumo dos materiais e serviços relacionados aos procedimentos de limpeza do PJSC.
	Responsabilidade	DMP/DRH / DIE/SGS
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 11, indicadores 11.1 a 11.6
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	VII - contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, combustível, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial, conforme artigo 15;

Cumprida.

Diante do término da vigência do Contrato n. 162/2011, este Poder Judiciário elaborou projeto básico para contratação dos serviços de limpeza e conservação de seus prédios, por meio do processo administrativo eletrônico n. 30325/2016.

O novo contrato de terceirização de mão de obra que tem por objeto a limpeza e conservação dos prédios que será firmado por este Poder Judiciário exige que a contratada se responsabilize pelos treinamentos e capacitações aos seus empregados, para a perfeita execução dos serviços:

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:
XXXVIII – responsabilizar-se pelo treinamento e capacitação dos seus empregados, visando à perfeita execução dos serviços, sem quaisquer ônus adicionais ao CONTRATANTE;
A especificação da execução dos serviços prevê como atividade diária a separação dos resíduos recicláveis, conforme Anexo II:

ANEXO II

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2. MÉTODOS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

2.3.1 DIARIAMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO EXPLICITADO:

2.3.1.12 Realizar a separação dos resíduos recicláveis na fonte geradora e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, procedida pela coleta seletiva de papel para reciclagem, quando couber, nos termos da legislação vigente;

Dessa forma, para que a contratada mantenha a prestação dos serviços de acordo com o efetivamente contratado, deverá realizar os treinamentos que tenham relação com a separação de resíduos recicláveis aos seus empregados, uma vez que se trata de atividade a ser realizada diariamente.

3.10.3 Identificação das metas 2017 – Grupo 11 – Limpeza

Não há metas para este indicador em 2017.

3.11 VIGILÂNCIA

3.11.1 Evolução do indicador

VIGILÂNCIA	2015	2016	VARIAÇÃO
12.1. GVAB – Gastos com contratos	R\$ 28.737.028,06	R\$ 35.087.098,66	R\$ 6.350.071

de vigilância armada no período-base			
12.2. QVAB – Quantidade de postos de vigilância armada	319	320	1
12.4. GVDB – Gastos com contratos de vigilância desarmada no período-base	R\$ 326.265,76	R\$ 397.712,24	R\$ 71.446
12.5. QVD – Quantidade de postos de vigilância desarmada	8	8	0
12.7. GVT- Gasto total com contratos de vigilância no período de referência	R\$ 28.180.033,15	R\$ 29.063.293,82	R\$ 883.261

3.11.2 Resultado das ações

3.11.2.1	Ação	Avaliar a necessidade de contratação de vigilância armada.
	Meta	100% dos estudos para análise da possibilidade das substituições sugeridas no próximo contrato.
	Objetivo	Maior eficiência no gasto relacionado aos serviços de vigilância no PJSC.
	Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 12, indicadores 12.1 a 12.8
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	VII - contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, combustível, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio

administrativo e de manutenção predial, conforme artigo 15;

Parcialmente cumprida.

O levantamento foi realizado e a reavaliação da quantidade de vigilantes armados contratados pelo PJSC está sendo analisada nos autos n. 4291/2017. O estudo para verificar a possibilidade de implantação de serviços de CFTV (vigilância eletrônica) em alguns locais que comportem tal substituição está sendo avaliado pela Casa Militar e a questão será definida até a entrega do projeto básico de contratação de serviços de vigilância. A meta proposta será atingida até o final do exercício de 2017.

3.11.3 Identificação das metas 2017 – Grupo 12 – Vigilância

PLANO DE AÇÕES 2017 – VIGILÂNCIA	ÁREAS	OBJETIVO	META
1 Avaliar a necessidade de contratação de vigilância armada.	DGP/ Casa Militar	Maior eficiência no gasto relacionado aos serviços de vigilância no PJSC.	100% dos estudos para análise da possibilidade das substituições sugeridas no próximo contrato.

3.12 VEÍCULOS

3.12.1 Evolução do indicador

VEÍCULOS	2015	2016	VARIAÇÃO
13.1. Km – Quilometragem	1.702.194,00	1.182.740,00	-519.454
13.2. VG – Quantidade de veículos a gasolina	23	14	-9



13.3. VEt – Quantidade de veículos a etanol	0	0	0
13.4. VF – Quantidade de veículos flex	239	226	-13
13.5. VD – Quantidade de veículos a diesel	18	11	-7
13.6. VGN – Quantidade de veículos a gás natural	0	0	0
13.7. VH – Quantidade de veículos híbridos	0	0	0
13.8. VEI – Quantidade de veículos elétricos	0	0	0
13.10. QVs – Quantidade de veículos de serviço	222	190	-32
13.12. QVM – Quantidade de veículos para transporte de magistrados	61	61	0
13.14. GMV – Gasto com manutenção de veículos	R\$ 315.840,67	R\$ 302.650,58	- R\$13.190
13.16. GCM – Gastos com contratos de motoristas	0	0	0

No ano de 2016, o PJSC realizou a baixa de 30 veículos, sendo que 26 foram por meio de leilão e 4 foram baixados e doados por meio de processos administrativos. Com o leilão dos 26 veículos o PJSC arrecadou R\$ 409.000,00.

Os custos com manutenção de veículos tiveram uma leve redução, bem como os gastos com combustíveis.

3.12.2 Resultado das ações

Não houve ações para este indicador em 2016.

3.12.3 Identificação das metas 2017 – Grupo 13 – Veículos

Não há metas para este indicador em 2017.

3.13 COMBUSTÍVEL

3.13.1 Evolução do indicador

COMBUSTÍVEL	2015	2016	VARIAÇÃO
14.1. CG – Consumo de gasolina	162.619,71	134.580,96	-28.039
14.2. CE – Consumo de etanol	5.060,17	3.256,21	-1.804
14.3. CD – Consumo de diesel	20.975,25	13.471,26	-7.504
14.4. CGN – Consumo de gás natural	0	0	0

3.13.2 Resultado das ações

3.13.2.1	Ação	Abastecer os veículos com etanol.
	Meta	10% da frota oficial abastecida com etanol em 2016.
	Objetivo	Utilizar combustível menos poluente e de fontes renováveis.
	Responsabilidade	Diretoria de Infraestrutura
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 14, indicadores 14.1 a 14.7

Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	VIII - deslocamento de pessoal, bens e materiais considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.
---	---

Não cumprida.

A meta foi cancelada após estudo que verificou que a frota oficial de veículos, em sua grande maioria, realiza percursos locais. Para este tipo de percurso, a utilização do etanol não se mostra vantajosa, pois o elevado custo desse combustível frente à correspondente baixa eficiência energética, sobretudo nos deslocamentos urbanos, elevaria muito as despesas com combustíveis.

3.13.3 Identificação das metas 2017 – Grupo 14 – Combustível

Não há metas para este indicador em 2017.

3.14 QUALIDADE DE VIDA

3.14.1 Evolução do indicador

QUALIDADE DE VIDA	2015	2016	VARIAÇÃO
15.1. PQV – Participações em ações de qualidade de vida	673	16.201	15.528
15.2. AQV – Quantidade de ações de qualidade de vida	9	19	10
15.4. PS – Participações em ações solidárias	0	0	0
15.5. AS – Quantidade de ações solidárias	0	0	0

15.7. Alnc – Ações de inclusão	1	1	0
--------------------------------	---	---	---

3.14.2 Resultado das ações

3.14.2.1	Ação	Avaliação antropométrica.
	Meta	Avaliar 350 postos de trabalho (4% da população).
	Objetivo	Diagnosticar problemas nos postos de trabalho de maneira não presencial, de tal forma a prevenir DORT/LER.
	Responsabilidade	Diretoria de Saúde
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho;

Parcialmente cumprida.

Foram atendidos 299 postos, ou seja, 86% da meta proposta. A demanda não prevista na unidade de ergonomia e a pequena quantidade de recursos humanos disponíveis e capazes atuou negativamente na performance do indicador.

3.14.2.2	Ação	Disponibilização de assessórios ergonômicos.
	Meta	Atender 500 trabalhadores.
	Objetivo	Garantir a prevenção a DORT/LER, elevando a saúde e a segurança do trabalhador.

Responsabilidade	Diretoria de Saúde
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho;

Cumprida.

Com o sucesso da licitação que tratou da aquisição de tais assessórios, foram atendidos 1459 trabalhadores, o que elevou o indicador em 300%, sendo a demanda reprimida de anos anteriores o principal vetor na elevação.

3.14.2.3	Ação	Avaliação ambiental.
	Meta	Avaliar 100% dos ambientes do Fórum Des. Eduardo Luz e 10% dos ambientes do Fórum Des. Rid Silva.
	Objetivo	Avaliação de ambientes de trabalho, com medições de conforto ergonômico, com vistas a melhoria do ambiente de trabalho e da saúde e da segurança do trabalhador.
	Responsabilidade	Diretoria de Saúde
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho;

CNJ)

Parcialmente cumprida.

No planejamento dessa meta, foi fornecido como dado um total de 168 postos de trabalho, mas apenas 142 postos foram identificados, ou seja, 85%. No entanto, como a meta foi atingir 100% dos ambientes do Fórum Des. Eduardo Luz, a meta foi cumprida na íntegra.

Em relação ao Fórum Rid Silva, devido às novas demandas e à falta de pessoal habilitado, não houve avaliação ambiental.

3.14.2.4	Ação	Orientação de Saúde e Segurança ao Teletrabalhador.
	Meta	Disponibilizar a cartilha a 100% dos teletrabalhadores.
	Objetivo	Diagnosticar efeitos positivos e negativos sobre a saúde do teletrabalhador.
	Responsabilidade	Diretoria de Saúde
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho;

Cumprida.

3.14.2.5	Ação	Executar o Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional – PCMSO da Divisão de Artes Gráficas e Divisão de Saúde Oral.
----------	-------------	--

Meta	Diminuir em 25% o tempo entre o pedido e a execução dos exames ocupacionais.
Objetivo	Controlar o risco de implicações negativas sobre a saúde dos trabalhadores da gráfica, diminuindo o tempo entre o pedido de exames ocupacionais e sua execução.
Responsabilidade	Diretoria de Saúde
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Não cumprida.

A meta foi suspensa no início do ano de 2016, por decisão administrativa, quando foi contratada empresa especializada para a elaboração do Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional – PCMSO 2016/2017, tendo como finalidade o fornecimento dos dados do programa ao programa denominado E-Social. O novo PCMSO foi entregue em final de novembro de 2016, inviabilizando qualquer ação no sentido de cumprimento da meta.

3.14.2.6	Ação	Desenvolvimento de Relações Interpessoais.
	Meta	Realizar três grupos no ano de 2016.
	Objetivo	Desenvolver intervenções psicológicas em grupos, buscando a melhoria das relações interpessoais e o gerenciamento de conflitos.

Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Parcialmente cumprida.

Foi realizado um grupo.

3.14.2.7

Ação	Lotação e relotação dos servidores do TJ.
Meta	Realizar entrevista com todos os servidores nomeados no TJ ou com interesse de relotação interna.
Objetivo	Adequar a lotação do servidor ao seu perfil.
Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Cumprida.

3.14.2.8	Ação	Datas comemorativas.
	Meta	Enviar cartão personalizado nos casos de licença paternidade, licença gala, doação de sangue, licença adoção, licença gestação e licença nojo.
	Objetivo	Reconhecer e valorizar os servidores por meio do envio de cartões individualizados em momentos marcantes da vida destes.
	Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Não cumprida.

Por determinação da Presidência do Tribunal de Justiça, não foi enviado nenhum cartão em 2016.

3.14.2.9	Ação	Diagnósticos diversos.
	Meta	Realizar intervenção em três comarcas no ano de 2016.
	Objetivo	Acompanhar e desenvolver os servidores.

Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Parcialmente cumprida.

Foi realizada intervenção em duas comarcas.

3.14.2.10	Ação	Grupos vivenciais.
	Meta	Realizar quatro grupos no ano de 2016.
	Objetivo	Contribuir para o resgate da força e dos recursos internos que cada um de nós possui para superar desafios, proporcionar equilíbrio e melhorar a própria vida, tanto no âmbito pessoal quanto no profissional, com ênfase nos relacionamentos, emoções, autoestima e confiança (temas: equilíbrio emocional, luto, finanças, liderança).
	Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

CNJ)

Parcialmente cumprida.

Foi realizado um grupo.

3.14.2.11

Ação	Programa de acompanhamento do desempenho.
Meta	Realizar intervenção em seis comarcas no ano de 2016.
Objetivo	Oportunizar ao servidor uma reflexão quanto aos pontos a serem melhorados, possibilitando a identificação das necessidades de treinamentos ou de intervenções psicológicas.
Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Parcialmente cumprida.

Foi realizada intervenção em três comarcas.

3.14.2.12

Ação	Programa bem-estar no trabalho.
Meta	Realizar cinco eventos para 30 servidores no ano de 2016.
Objetivo	Formar vínculos mais positivos com o trabalho e aumentar a satisfação pessoal e profissional dos servidores. Ainda, busca-se

	atuar de forma preventiva, promovendo a saúde e minimizando os danos inerentes ao exercício das atribuições.
Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Não cumprida.

Não foi autorizada a realização do programa em 2016.

3.14.2.13	Ação	Programa de preparação para aposentadoria.
	Meta	Realizar um evento para 30 servidores no ano de 2016.
	Objetivo	Auxiliar o servidor a pensar a vida após o desligamento do trabalho, quebrar o antigo paradigma de que a aposentadoria é o tempo da ociosidade e fomentar a visão de que esse é o tempo de transformar sonhos em projetos.
	Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Cumprida.

Foram realizados 2 eventos para 30 servidores.

3.14.2.14	Ação	Rodizio de funções.
	Meta	Realizar duas edições do evento no ano de 2016.
	Objetivo	Proporcionar uma maior integração entre os servidores, melhorar a comunicação entre os setores e aumentar o conhecimento quanto às atribuições e funções exercidas pelos diversos setores do Tribunal de Justiça / comarca.
	Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Parcialmente cumprida.

Foi realizada uma edição do evento.

3.14.2.15	Ação	Homenagem aos servidores aposentados.
	Meta	Confeccionar cartão individualizado para todos os servidores

	que se aposentarem no ano de 2016.
Objetivo	Homenagear e agradecer os servidores pelos anos de contribuição prestada ao Poder Judiciário de Santa Catarina.
Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Cumprida.

Foram confeccionados 108 cartões individualizados.

3.14.2.16	Ação	Programa de melhoria do clima organizacional.
	Meta	Aplicar o programa em seis comarcas no ano de 2016.
	Objetivo	Verificar o grau de satisfação dos servidores, com relação à Instituição, à equipe de trabalho e às chefias, identificar as causas de possíveis insatisfações e, com base nas informações coletadas, implementar em conjunto com os servidores, ações que propiciem condições para maior satisfação no trabalho.
	Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.

Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.
---	--

Não cumprida.

Não foi autorizada a realização do programa em 2016.

3.14.2.17	Ação	Projeto "Dicas".
	Meta	Disponibilizar uma dica de português e uma de saúde por mês durante todos os meses do ano de 2016.
	Objetivo	Colaborar com o desenvolvimento das atividades do servidor e com seu bem-estar.
	Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Cumprida.

As informações foram disponibilizadas no perfil "Servidor" do portal eletrônico do PJSC.

3.14.2.18	Ação	Programa "Olhares".
-----------	-------------	----------------------------

Meta	Realizar duas edições do programa no ano de 2016.
Objetivo	Incentivar o desenvolvimento da criatividade, valorizar a expressão artística e contribuir para o bem-estar de magistrados, servidores e demais colaboradores.
Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Parcialmente cumprida.

Foi realizada uma edição do programa.

3.14.2.19	Ação	Teletrabalho.
	Meta	Possibilitar a participação de 100 servidores no programa.
	Objetivo	Melhorar a qualidade de vida do servidor, em razão da flexibilidade de horário e execução de atividades laborativas em casa ou local apropriado, com reflexo positivo na produtividade.
	Responsabilidade	Diretoria de Gestão de Pessoas
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 15, indicadores 15.1 a 15.7.

Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	V - qualidade de vida no ambiente de trabalho.
---	--

Cumprida.

Foram abertos 2 (dois) editais, sendo 1 (um) no final de 2015 e 1 (um) no início de 2016. O acompanhamento e o desenvolvimento das atividades em teletrabalho estão sendo efetuados por uma equipe multidisciplinar. A meta de participação de 100 (cem) servidores foi superada, porquanto 186 (cento e oitenta e seis) servidores participam atualmente do Programa de Teletrabalho.

3.14.3 Identificação das metas 2017

PLANO DE AÇÕES 2017 – ÁREAS OBJETIVO META				
QUALIDADE DE VIDA				
1	Desenvolvimento de Relações Interpessoais.	DGP	Desenvolver intervenções psicológicas em grupos, buscando a melhoria das relações interpessoais e o gerenciamento de conflitos.	Realizar três grupos no ano de 2017.
2	Lotação e relocação dos servidores do TJ.	DGP	Adequar a lotação do servidor ao seu perfil.	Realizar entrevista com todos os servidores nomeados no TJ ou com interesse de relocação interna.
3	Diagnósticos diversos.	DGP	Acompanhar e desenvolver os servidores.	Realizar intervenção em três comarcas no ano de 2017.
4	Grupos vivenciais.	DGP	Contribuir para o resgate da força e	Realizar quatro grupos

			dos recursos internos que cada um de nós possui para superar desafios, proporcionar equilíbrio e melhorar a própria vida, tanto no âmbito pessoal quanto no profissional, com ênfase nos relacionamentos, emoções, autoestima e confiança (temas: equilíbrio emocional, luto, finanças, liderança).	no ano de 2017.
5	Programa de acompanhamento do desempenho.	DGP	Oportunizar ao servidor uma reflexão quanto aos pontos a serem melhorados, possibilitando a identificação das necessidades de treinamentos ou de intervenções psicológicas.	Realizar intervenção em seis comarcas no ano de 2017.
6	Programa bem-estar no trabalho.	DGP	Formar vínculos mais positivos com o trabalho e aumentar a satisfação pessoal e profissional dos servidores. Ainda, busca-se atuar de forma preventiva, promovendo a saúde e minimizando os danos inerentes ao exercício das atribuições.	Realizar cinco eventos para 30 servidores no ano de 2017.
7	Programa de preparação para aposentadoria.	DGP	Auxiliar o servidor a pensar a vida após o desligamento do trabalho, quebrar o antigo paradigma de que a aposentadoria é o tempo da ociosidade e fomentar a visão de que esse é o tempo de transformar	Realizar um evento para 30 servidores no ano de 2017.

			sonhos em projetos.	
8	Rodizio de funções.	DGP	Proporcionar uma maior integração entre os servidores, melhorar a comunicação entre os setores e aumentar o conhecimento quanto às atribuições e funções exercidas pelos diversos setores do Tribunal de Justiça / comarca.	Realizar duas edições do evento no ano de 2016.
9	Homenagem aos servidores aposentados.	DGP	Homenagear e agradecer os servidores pelos anos de contribuição prestada ao Poder Judiciário de Santa Catarina.	Confeccionar cartão individualizado para 100% dos servidores que se aposentarem no ano de 2017.
10	Programa de melhoria do clima organizacional.	DGP	Verificar o grau de satisfação dos servidores, com relação à Instituição, à equipe de trabalho e às chefias, identificar as causas de possíveis insatisfações e, com base nas informações coletadas, implementar em conjunto com os servidores, ações que propiciem condições para maior satisfação no trabalho.	Aplicar o programa em seis comarcas no ano de 2017.

11	Projeto "Dicas".	DGP	Colaborar com o desenvolvimento das atividades do servidor e com seu bem-estar.	Disponibilizar uma dica de português e uma de saúde por mês durante todos os meses do ano de 2017.
12	Programa "Olhares".	DGP	Incentivar o desenvolvimento da criatividade, valorizar a expressão artística e contribuir para o bem-estar de magistrados, servidores e demais colaboradores.	Realizar duas edições do programa no ano de 2017.
13	Teletrabalho.	DGP	Melhorar a qualidade de vida do servidor, em razão da flexibilidade de horário e execução de atividades laborativas em casa ou local apropriado, com reflexo positivo na produtividade.	Possibilitar a participação de 100 servidores no programa.
14	Avaliação Antropométrica		Diagnosticar problemas nos postos de trabalho de maneira não presencial, de tal forma a prevenir DORT/LER.	Avaliar antropometricamente 350 pessoas
15	Análise de avaliação antropométrica		Orientar nas decisões de definição de mobiliário padrão	Avaliar 100 % das respostas emitidas nas ficha de avaliação antropométrica
16	Disponibilização de EPE's - Equipamentos de Proteção		Garantir a prevenção a DORT/LER, elevando a saúde e segurança do trabalhador.	Atender 1000 trabalhadores.

	Ergonômica e EPI's - Equipamentos de Proteção Individual - EPI's			
17	Avaliação Ambiental		Avaliação de ambientes de trabalho juntamente com a realização de Análise Ergonômica do Trabalho	Realizar AET em 10% do total de 25% dos postos de trabalho do PJSC.
18	Orientação de Saúde e Segurança/Ergono mia ao Teletrabalhador		Diagnosticar efeitos positivos e negativos sobre a saúde do teletrabalhador.	Atender 100% dos teletrabalhadores.
19	Implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO 2016/2017		Prevenção, diagnóstico e controle de doenças ocupacionais com fornecimento de dados ao CNJ e E-social. Execução dos exames médicos ocupacionais e emissão dos atestados ocupacionais.	100% dos magistrados e servidores do PJSC.
20	Implementação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais 2016/2017		Adequação dos ambientes de trabalho com redução dos riscos ambientais; prevenção de doenças ocupacionais.	100% das Comarcas do Estado e prédios do Tribunal de Justiça.

21	Monitoramento das vacinas ocupacionais dos servidores do PJSC prescritas conforme PCMSO		Prevenção de doenças ocupacionais.	100% dos servidores com prescrição
----	--	--	------------------------------------	------------------------------------

3.15 CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

3.15.1 Evolução do indicador

CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	2015	2016	VARIAÇÃO
16.1. ACap – Ações de capacitação e sensibilização	42	2	-40
16.2. PSC – Participação em ações de sensibilização e capacitação	9.187	2.781	-6.406

3.15.2 Resultado das ações

3.15.2.1	Ação	Semana do Meio Ambiente.
	Meta	Atingir o TJ e comarcas candidatas e realizar ao menos 1 ação com o público externo (comunidade).
	Objetivo	Promover a cultura da sustentabilidade por meio de atividades artísticas e educativas
	Responsabilidade	Secretaria de Gestão Socioambiental

Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 16, indicadores 16.1 a 16.3.
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	VI - sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas;

Cumprida.

O evento foi realizado de 6 a 10 de junho e teve a seguinte programação:

9º ANIVERSÁRIO DO PROGRAMA "COPO PLÁSTICO ZERO" DA DOF

Os servidores da Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF celebram quase 10 anos do programa de adesão voluntária, que substituiu o uso de copos plásticos por recipientes duráveis, como copos e canecas de vidro ou porcelana. Para comemorar, os servidores farão um café colonial sustentável, com alimentos não industrializados, com pratos feitos em casa. Serão exibidos vídeos que marcam a história do programa Copo Plástico Zero naquela Diretoria. Data e local: 3 de junho, às 16:30 horas, na Diretoria de Orçamento e Finanças (UPC).

EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA "PÁSSAROS"

A exposição "Pássaros" traz um conjunto de fotos da avifauna catarinense do acervo do fotógrafo amador Desembargador Carlos Adilson Silva.

Datas e locais: De 6 a 10 de junho, no hall do Tribunal de Justiça, Torre I. De 13 de junho a 13 de julho na antessala do Museu do Judiciário, piso HS, Torre I. No ambiente virtual, a partir de 6 de junho: https://www.flickr.com/photos/tjsc_oficial

EXPOSIÇÃO DE ARTES PLÁSTICAS "RIOS DE CORES"

A partir de garrafas de vidro descartadas, a colaboradora terceirizada e também artista plástica Gislaine de Castro Silva apresenta as obras resultantes do processo de marmorização. Datas e locais: De 6 a 10 de junho, na sala de reuniões do Tribunal Pleno, piso HS, Torre I. De 13 de junho a 13 de julho na antessala do Museu do Judiciário, piso HS, Torre I.

Comarcas

BRUSQUE

ABERTURA DO EVENTO

Abertura solene com Dra. Cláudia Ribas Marinho e Sandra Helena de Almeida. Data: 9 de junho, às 14:00h. Local: Salão do Tribunal do Júri (3º andar).

PALESTRA

Palestra "Gestão e sustentabilidade", com a palestrante Camile Rebeca Bruns, especialista em Gestão de Responsabilidade Social Empresarial. Temas da palestra: - conceito de sustentabilidade; objetivos de desenvolvimento sustentável - ODS; boas práticas de sustentabilidade no Poder Judiciário e no dia a dia. Data: 9 de junho, das 14:30 às 15:30h. Local: Salão do Tribunal do Júri (3º andar).

EXPOSIÇÃO

Exposição de artesanatos confeccionados com material reciclado pelos alunos da APAE de Brusque. Data e local: 6 a 10 de junho, no hall de entrada.

CRICIÚMA

EXPOSIÇÃO

Mostra de artesanato feito com material reciclável e criado pelos alunos do Instituto de Educação Especial Diomício Freitas - Criciúma. Data e local: 6 a 10 de junho, no hall de entrada.

LAGUNA

EXPOSIÇÃO

Obras da artista visual Suyan de Oliveira de Melo: quadros e objetos construídos a partir de reciclagem e/ou reuso de materiais. Data e local: 6 a 10 de junho, no hall de entrada.

"PASSEIO PELA HORTA"

Apresentação aos colaboradores internos da horta de temperos e chás, a qual, há mais de um ano, é cultivada por servidores voluntários. 10 de junho às 16:00 horas (informar-se na Secretaria do Fórum)

DOAÇÃO DE MUDAS DE TEMPEROS E CHÁS

Doação de mudas prontas para o plantio ao público interno e externo, a partir de excedentes da horta do fórum. De 6 a 10 de junho no hall de entrada (Organização: Ramon Cimonetti De Lorenzi Cancelier e Suyan de Oliveira de Melo)

SÃO BENTO DO SUL

DISTRIBUIÇÃO DE MUDAS

Serão doadas 150 mudas de árvores frutíferas entregues pelo Parque Hortoflorestal da Prefeitura Municipal. Data e local: 6 a 10 de junho, no hall de entrada.

EXPOSIÇÃO

Exposição de artesanatos confeccionados com material reciclado pelos alunos da APAE de São Bento do Sul

Data e local: 6 a 10 de junho, no hall de entrada.

A programação da Semana do Meio Ambiente tem base na relação entre sustentabilidade, cultura e educação e incentiva a realização de exposições de arte, palestras e

oficinas, para o público interno e para a comunidade. Abaixo, seguem algumas fotos do evento em sua 7ª edição em 2016:



Figura 4- VII Semana do Meio Ambiente



Figura 5- VII Semana do Meio Ambiente



Figura 6- VII Semana do Meio Ambiente



Figura 7- VII Semana do Meio Ambiente



Figura 8- VII Semana do Meio Ambiente



Figura 9- VII Semana do Meio Ambiente



Figura 10- VII Semana do Meio Ambiente

3.15.2.2	Ação	Seminários sobre Gestão Socioambiental.
	Meta	Realizar seminários a cada 2 (dois) anos.
	Objetivo	Aprofundamento de temas importantes sobre gestão socioambiental.
	Responsabilidade	Secretaria de Gestão Socioambiental e Academia Judicial.
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 16, indicadores 16.1 a 16.3
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	VI - sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas;

Não cumprida.

Foi elaborado o conteúdo para o evento de capacitação de gestão socioambiental em Gabinetes e foram informados os dados para inclusão no Manual de Gestão de Gabinetes em elaboração no gabinete Des. Raulino Jacó Brüning, nos autos do processo 27185/2016 (2017). A meta foi transferida para 2017.

3.15.2.3	Ação	Palestras interinstitucionais.
	Meta	Atender ao menos 80% dos pedidos de intercâmbio interinstitucional.
	Objetivo	Realizar intercâmbio interinstitucional com vistas à divulgação de boas práticas ambientais.

Responsabilidade	Secretaria de Gestão Socioambiental
Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 16, indicadores 16.1 a 16.3
Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	VI - sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas;

Cumprida.

Até setembro do corrente foram atendidas 100% das demandas: Ministério Público, Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Santa Catarina, Universidade Estadual de Santa Catarina e Companhia de Melhoramentos da Capital.

3.15.2.4	Ação	Curso de ambientação institucional.
	Meta	Atingir todos os servidores que participam do curso de ambientação institucional.
	Objetivo	Capacitar o público interno nas questões de gestão ambiental relativas à administração pública
	Responsabilidade	Academia Judicial
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 16, indicadores 16.1 a 16.3
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	VI - sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas;

Não cumprida.

A Academia Judicial não realizou nenhuma edição do curso de ambientação institucional em 2017, o qual apresenta parte do conteúdo a respeito da gestão socioambiental no Poder Judiciário.

3.15.2.5	Ação	Capacitação para o aprimoramento do PLS.
	Meta	Capacitar 100% das Diretorias.
	Objetivo	Capacitação continuada para a elaboração do PLS.
	Responsabilidade	CGS, SGS, Academia Judicial, ASPLAN.
	Indicadores (Glossário, 1ª edição)	Grupo 16, indicadores 16.1 a 16.3
	Tema (Art.16 da Resolução 201/2015-CNJ)	VI - sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas;

Não cumprida.

A Comissão de Gestão Socioambiental decidiu pela não realização da capacitação, por considerar satisfatório o conhecimento das diretorias a respeito do PLS.

3.15.3 Identificação das metas 2017

PLANO DE AÇÕES 2017 –	ÁREAS	OBJETIVO	META
CAPACITAÇÃO			
SOCIOAMBIENTAL			

1 Campanha para uso racional de impressoras e de papel.	SGS/DMP/DTI	Diminuir o impacto ambiental e econômico do consumo do material em consonância com o processo eletrônico.	Atingir 100% do público interno do PJSC.
2 Campanha de sensibilização para uso consciente de energia elétrica, com foco no uso correto do ar condicionado.	SGS/DEA	Informar e sensibilizar os usuários sobre consumo consciente de energia elétrica e práticas que reduzem o uso do recurso.	Atingir 100% do público interno do PJSC.
3 Campanha de sensibilização para uso consciente de água.	SGS/DEA	Informar e sensibilizar os usuários sobre consumo consciente de água e práticas que reduzem o uso do recurso.	Atingir 100% do público interno do PJSC.
4 Semana do Meio Ambiente	SGS/DDI	Promover a cultura da sustentabilidade por meio de atividades artísticas e educativas	Atingir 100% do TJ e das comarcas candidatas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação do Plano de Logística Sustentável possibilitou ao PJSC a atuação planejada na busca do uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, do combate ao desperdício e do consumo consciente de materiais.

Por meio da definição das ações, dos indicadores e das metas, conforme diretrizes da Resolução 201/15-CNJ, o PLS-PJSC tornou-se ferramenta para o gestor em relação ao planejamento sustentável e à racionalização de gastos. Constituiu um estímulo a uma gestão inovadora, com fundamento na transparência e na informação, com a definição clara das ações, metas, prazos de execução, monitoramento e avaliação.

No decorrer da implantação do PLS-PJSC referente ao ano de 2016, foram listadas 55 ações, das quais 42 foram executadas – 23 cumpridas na totalidade e 19 cumpridas parcialmente. Destacaram-se as ações relacionadas ao consumo consciente de papel, à impressão, à gestão de resíduos, à qualidade de vida e à capacitação, que constituíram os indicadores com o maior número de ações realizadas. Para o ano de 2017, estão previstas 40 ações, das quais os indicadores de qualidade de vida, de capacitação, de gestão de resíduos, de reformas e de energia elétrica detêm o maior número de ações.

A análise da evolução dos indicadores demonstrou a consistente redução dos seguintes índices: consumo de papel, consumo e gasto com copo descartável; consumo e gasto com água mineral descartável e retornável; quantidade de impressões, quantidade de equipamentos de impressão e gasto com aquisição de impressoras; gasto com telefonia fixa e móvel; gasto com contratos de limpeza; gasto com manutenção de veículos e consumo de combustível. Por outro lado, houve um aumento positivo na participação em ações de qualidade de vida e na quantidade de resíduos com destinação ambientalmente adequada.

Os bons resultados do PLSC-PJSC/2016 refletem o esforço e empenho de todos os setores e diretorias que direta ou indiretamente contribuíram para a elaboração do plano e para a execução das ações e representam a aplicação da visão transversal e colaborativa que caracteriza uma gestão socioambiental comprometida e efetiva.

Embora ainda distante de um nível ideal, o PLSC-PJSC motivou a ampliação e o aprimoramento da gestão socioambiental, o que incidiu positivamente na efetividade do compromisso constitucional de promoção da cidadania e de iniciativas de valor socioambiental que impactam diretamente na sociedade, rumo ao cumprimento da visão estratégica do Poder Judiciário catarinense, que é ser reconhecido como um Judiciário eficiente, célere e humanizado.